

CADERNO DE TEXTOS

58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL:

ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores.

Santa Maria/RS, 18 a 21 de julho de 2013

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2012-2014

Presidente: Marinalva Silva Oliveira

Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira

1º Tesoureiro: Fausto de Camargo Júnior

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 58º CONAD	007
Proposta de Regimento do 58º CONAD	008
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 32º CONGRESSO	
Texto 1 - Movimento Docente e a Conjuntura – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	019
Texto 2 – A práxis como exigência da práxis – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical</i>	025
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 3 - Tratando os desafios político-organizativos do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	028
Texto 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	029
Texto 5 - Sobre a proposta de projeto de lei da mídia democrática de iniciativa popular - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	031
Texto 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas de educação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	033
Texto 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de seguridade social e assuntos de aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	039
Texto 8 - A práxis como exigência da práxis – <i>Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical</i>	042
Texto 9 - Uma proposta de mobilização - <i>Contribuição do Prof. Althen Teixeira Filho – Sindicalizado da Adufpel Seção Sindical e do Prof. Antônio Libório Philomena – Sindicalizado da Aprofurg Seção Sindical</i>	042
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	047
Texto 11 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	052
Texto 12 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	058

TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 13 - VII Encontro Intersetorial – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	062
Texto 14 - Sede do 59º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	064
Texto 15 – Apoio político e material à construção do Sindicato na base - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	064
Texto 16 - Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	066
Texto 17 – Comissão da Verdade do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	067
Texto 18 - Prestação de Contas do Exercício 2012 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	068
Texto 19 - Previsão orçamentária para 2014 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	087
SIGLAS	089

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 3 - Tratando os desafios político-organizativos do ANDES-SN	029
TR 4 - Avaliação e atualização do plano de lutas de ciência e tecnologia	030
TR 5 - Sobre a proposta de projeto de lei da mídia democrática de iniciativa popular	032
TR 6 - Avaliação e atualização do plano de lutas de educação	039
TR 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de seguridade social e assuntos de aposentadoria	041
TR 8 - A práxis como exigência da práxis	042
TR 9 - Uma proposta de mobilização	045
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	050
TR 11 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES	055
TR 12 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES	059
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 13 - VII Encontro Intersetorial	062
TR 14 - Sede do 59º CONAD	064
TR 15 - Apoio político e material à construção do Sindicato na base	065
TR 16 - Designar a sala de reuniões da sede do ANDES-SN com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias	067
TR 17 – Comissão da Verdade do ANDES-SN	068
TR 18 - Prestação de Contas do Exercício 2012	069
TR 19 - Previsão orçamentária para 2014	087

Apresentação

Tendo como tema “ANDES-SN: Sindicato de Luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores”, convocado pela diretoria do ANDES-SN e organizado pela SEDUFMS, o 58º CONAD ocorrerá na cidade de Santa Maria-RS, no período de 18 a 21 de julho de 2013.

Destacam-se, nesse momento conjuntural, os sinais de crise internacional sobre o Brasil com o acirramento das pressões do capital internacional, apertando o cerco pela exigência de medidas drásticas que se traduzem na ampliação desmesurada das privatizações e as ações de pressão pela retirada de direitos conquistados democraticamente pela luta dos trabalhadores.

Em relação às instituições públicas, tece-se uma rede intrincada de ações visando satisfazer a voracidade do capital. Não é outra senão a intencionalidade de medidas que atingem as instituições públicas de ensino, como EBSERH, as Fundações Estatais de Direito Privado, o PRONATEC, o Projeto do Código Nacional de Ciência e Tecnologias, o PNE, entre outras, e os mecanismos de desmonte da estrutura da carreira dos docentes.

O 32º CONGRESSO do ANDES-SN já avaliava a gravidade dessas investidas brutais. Cabe, agora, ao 58º CONAD atualizar o Plano de Lutas de 2013 para enfrentar os desdobramentos desses desafios. A resposta deve ser dada com o revigoramento das propostas de lutas em defesa das instituições públicas de educação, da autonomia universitária, das reivindicações dos professores por salários, carreira e condições de trabalho e o direito de organização autônoma, tendo como referência os princípios da emancipação da classe trabalhadora.

Com essa perspectiva de muito trabalho e reflexão, estaremos em Santa Maria-RS fortalecendo o ANDES-SN e estabelecendo os caminhos que favoreçam a trajetória de construção do movimento docente por uma nova sociedade, fundada na igualdade e no direito de todos a uma existência humana, digna e fraterna.

Até Santa Maria.

Diretoria do ANDES-SN

PROPOSTA DE PAUTA E CRONOGRAMA DO 58º CONAD

18 a 21 de julho de 2013

Tema Central: ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores

5ª feira (18/7)	6ª feira (19/7)	Sábado (20/7)	Domingo (21/7)
9h às 12h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto - Tema II	9h às 12h Plenária Tema II	9h às 12h Plenária Tema IV
14h às 16h Plenária de Instalação 14h às 18h Credenciamento	14h às 17h Grupo Misto - Tema III	14h às 17h Plenária Tema III	15h às 17h Plenária de Encerramento
18h às 20h Plenária Tema I	18h às 21h Grupo Misto - Tema IV		

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 32º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 58º CONAD

Capítulo I Do 58º CONAD

Art. 1º O 58º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (58º CONAD do ANDES-SN), previsto no inciso II, do Art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do Art. 30, reunir-se-á no período de 18 a 21 de julho de 2013, em Santa Maria-RS, organizado pela SEDUFMSM Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 58º CONAD poderá ser estendido, pela Plenária de Encerramento, para o dia 22 de julho de 2013.

Art. 2º O 58º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o **cronograma de atividades** no seu início, de acordo com o disposto no Art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 58º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o Art. 22.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 58º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 32º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 32º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN nos termos do seu Estatuto;

V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela Diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de Seções Sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de Associações de Docentes (AD) em Seções Sindicais e as alterações nos seus regimentos, **ad referendum** do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do Sindicato imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 58º CONAD:

I – um(a) delegado(a) de cada Seção Sindical (S.Sind) ou AD - Seção Sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via Secretaria Regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva Assembleia Geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV – o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V – observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via Secretaria Regional, com direito a voz;

VI – os demais membros efetivos da Diretoria em exercício (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

VIII – os(as) convidados(as) pelas Comissões Organizadora ou Diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 58º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas Assembleias Gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas Assembleias Gerais dos sindicalizados via Secretaria Regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via Secretaria Regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) Presidente do ANDES-SN preside o 58º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 58º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 18 (dezoito) horas, do dia 18 de julho de 2013, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em Assembleia Geral, será exigida ata (ou extrato), que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind., justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via Secretaria Regional, deve ser apresentada a ata da Assembleia Geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou Secretaria Regional, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V Do Funcionamento Seção I Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 58º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV – Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 58º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos Grupos Mistos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora do 58º CONAD é constituída por 3 (três) representantes da SEDUFMS e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 58º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III – providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela Plenária de Instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 58º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora (do 58º CONAD):

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III – elaborar a prestação de contas, para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias, que deverão ser constituídas por membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos, em consonância com o disposto no art. 14, deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora, cabe recurso à Plenária subsequente.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os Grupos Mistos são compostos por:

I – delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III – diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

Parágrafo único. Cada Grupo Misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

Art. 15. Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) Relator(a) e um(a) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do referido grupo.

§ 2º O(A) Coordenador(a) da Mesa Coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 3º O(a) Relator(a) e o(a) Secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II – participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos Grupos Mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma do 58º CONAD, observado o quórum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) Relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora o Relatório de seu grupo, digitado; sendo garantidas, pela Comissão Organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput* deste artigo os Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminem após às 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até às 10 horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos Relatórios de Grupos Mistos será feita pelos membros da Comissão Diretora, para tal designados; e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) Relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

Art. 22. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 58º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os (as) Relatores(as).

Art. 23. Os Grupos Mistos terão a duração de 3 (três) horas.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) Presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via Secretaria Regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das Comissões Diretora e Organizadora do 58º CONAD, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 58º CONAD serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente, um(a) 1º(1ª) Secretário(a) e um(a) 2º(2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da Diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da Mesa Coordenadora de cada Plenária.

§ 2º A Plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da Mesa Coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) Presidente da Mesa Coordenadora:

I – preparar, junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a), a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao (à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) Secretário(a):

- I – preparar, junto com o(a) Presidente, a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;
- III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único No caso das plenárias de Instalação, Inicial e Encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) Secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da Plenária.
- III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 58º CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- I- Plenária de Abertura: 2 (duas) horas;
- II - Plenária de Instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- V - Plenária do Tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VI - Plenária do Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- VII - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo – consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 2º - Compete à Plenária de Instalação:

- I - aprovar o Regimento e cronograma do 58º CONAD;
- II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 58º CONAD;
- III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 58º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à Plenária do Tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao 58º CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

§ 5º A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do Plenário.

Art. 31. A verificação do quórum, no início das Plenárias do 58º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI **Das Discussões e Votações**

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos Grupos Mistos e nas Plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do Plenário ou do Grupo Misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do Grupo Misto ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do Plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do Plenário e dos(as) inscitos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora ou por esta em conjunto com os Relatores, nos termos do art. 22, deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28, do Estatuto do ANDES - SN.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 58º CONAD, até às 18 (dezoito) horas, do dia 20 de julho de 2013, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 58º CONAD o teor das moções propostas, até às 14 (quatorze) horas, do dia 21 de julho de 2013.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos Grupos Mistos e nas Plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas Plenárias, somente constarão do Relatório Final aquelas apresentadas, por escrito, à Mesa Coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a Mesa Coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 58º CONAD, para divulgar o respectivo Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 58º CONAD do ANDES-SN.

Santa Maria-RS, 18 de julho de 2013

Atendendo ao disposto no art. 37 do Regimento do 58º CONAD, a Comissão Diretoria sugere que as moções apresentadas no 58º CONAD obedeçam ao seguinte formulário.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):
_____ **Cidade** _____ **Cep.:** _____

Fax: _____ **e-mail** _____

Fato Motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 32º Congresso**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E A CONJUNTURA

Passados quatro meses da realização do 32º CONGRESSO, a dinâmica econômica social confirma as tendências registradas em nossas análises. Daquele debate foi possível definir a centralidade da luta em 2013: “Defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES-SINDICATO NACIONAL e a unidade classista dos trabalhadores”.

A Crise do Capital se aprofunda.

No quadro internacional, a crise aguda do sistema se mantém, espalhando-se em escala planetária, com intensificação de medidas repressivas, de intensificação e de exploração exacerbada das condições de vida, de trabalho e de luta dos trabalhadores. Como desdobramento, intensifica-se a sociabilidade do capital sobre a vida de cada trabalhador(a) do planeta e recrudesce o pensamento conservador, cresce o individualismo, intensifica-se a onda neoliberal de privatização das políticas públicas e de sua redução a programas de alívio à pobreza, a partir das políticas compensatórias, orientadas pelo mercado. A onda conservadora se manifesta de diversas formas contra as conquistas sociais, como, por exemplo, nas marchas ocorridas contra o casamento gay na França e no Brasil, e também contra o aborto, no mês de junho.

Apesar do contexto fortemente hegemônico pelo pensamento conservador, as contradições têm levado os trabalhadores a responder aos ataques aos seus direitos com fortes mobilizações, com a paralisação de fábricas e serviços, impulsionados por uma massa de trabalhadores, estudantes e outros segmentos sociais, que se insurgem contra seus governos, na busca por mais democracia e garantia de direitos sociais e trabalhistas. A luta se unifica pelo mote-resposta à “pilhagem do público”, à “superexploração do trabalho” e à “retirada de direitos”. Grécia, Espanha, Portugal, França, Turquia, Síria, Chile e EUA são agitados por mobilizações. Na América Latina, confirmam a tendência geral do momento: a fuga de capitais com a inserção subordinada no mercado internacional em que os estados priorizam a “venda” dos recursos produtivos e naturais para o capital internacional e, como contrapartida, a resposta à altura da juventude e trabalhadores.

A Crise e a Política Econômica do Governo Brasileiro articulado com o Capital

No Brasil, os efeitos da crise já haviam começado a se manifestar em 2012, sendo um deles a retração das exportações provocada pela redução das importações por parte dos principais compradores dos produtos produzidos no país, sobretudo de “commodities”. O superávit da balança comercial brasileira (exportações menos importações), em todo o ano de 2012, somou US\$ 19,43 bilhões, o menor saldo positivo em dez anos. A expectativa para 2013 é de continuidade da queda do superávit, cuja tendência já se confirmou nos três primeiros meses somando um déficit de US\$ 6,15 bilhões, contra um superávit de US\$ 3,299 bilhões no mesmo período de 2012.

A economia capitalista brasileira está em um impasse grave. O PIB cresce de forma irrisória. A “bolha financeira” aumenta como demonstram o recorde da dívida pública

federal (interna e externa), a dívida dos estados, a dívida privada de bancos, empresas e famílias e a bolha da propriedade imobiliária. O capital financeiro internacional reclama mais subsídios ao grande capital e a privatização dos bens públicos.

Dessa forma, o governo de Dilma Roussef continua mantendo o modelo político econômico adotado pelo governo anterior, em grandes linhas, no sentido solicitado pelo grande capital: iniciou a privatização dos aeroportos, com fortes subsídios estatais, às vésperas da Copa 2014 e das Olimpíadas de 2016 e transferiu à iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos nesse processo. Os investimentos são da ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 80% dos projetos. Além disso, o governo investe sobre os direitos dos servidores públicos federais com redução do poder aquisitivo dos salários (com perdas inflacionárias) e reduz os gastos sociais ao seu percentual mais baixo (do PIB e da receita líquida do Estado) em duas décadas, abaixo inclusive dos índices dos governos “neoliberais” anteriores aos do PT.

Ademais, permanece a política de desoneração da folha de pagamentos das empresas. O fim da cobrança da contribuição previdenciária patronal compromete o equilíbrio futuro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Sob o argumento da necessidade de redução do “custo Brasil”, o governo federal abdicou da receita previdenciária oriunda de 20% sobre a folha salarial e ficou com uma promessa de contribuição de alíquotas sobre o faturamento das empresas. Além disso, na atualidade, prevalece um quadro de crescimento baixíssimo da economia, aumento da inflação, da carestia e elevação da taxa de juros. Tudo isso reforça a implementação das práticas antissindiciais, a flexibilização dos direitos trabalhistas e as tentativas de retomada da contrarreforma sindical, a exemplo do Acordo Coletivo Especial, proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que permite flexibilizar direitos, a despeito do que está assegurado em lei.

O capital exige novos horizontes para manter os níveis de acumulação, retirando direitos históricos da população, com a colaboração do governo, que amplia espaços de exploração privada de serviços tradicionalmente públicos. O avanço do fim dos rudimentos de Estado de Bem-Estar Social estabelecidos na Constituição de 1988, com privatização das políticas públicas para sustentar a desoneração tributária das empresas e para impulsionar os negócios privados no segmento dos serviços (que deveriam ser públicos), têm debilitado o esboço de esfera pública, construído a partir das lutas sociais dos anos 80.

O Avanço da Reforma do Estado: a Privatização da Saúde e da Educação

Na educação confirma-se a política estratégica do governo com a proposta de PNE que está no Senado, reforça a privatização da educação, aumentando a transferência de recursos públicos para o setor privado. A expansão proposta pelo PNE será através da otimização da capacidade física e humana das IES (exemplo: REUNI) e da EAD, além de elevar o orçamento para o FIES e Pronuni. Isso consolida o eixo privado como vetor responsável pela educação. O Pronatec é outra forma de repasse direto do dinheiro público para o sistema S – empresarial, que atua na área da educação. O governo insiste em reduzir as políticas educacionais ao treinamento instrumental da força de trabalho.

O governo, que não cumpriu os compromissos assumidos com o REUNI, segue na sua política de expansão precarizada das instituições federais de ensino com a sanção da lei

que cria quatro novas universidades federais (Sul e Sudeste do Pará, Oeste da Bahia, Sul da Bahia, e Cariri no Ceará). A análise inicial da relação de cursos criados e do número de alunos por professor indica a relação de 22,8 alunos por professor, o que supera a própria meta do Reuni (18 alunos por professor) do governo federal, que sabemos precariza o exercício profissional e afeta a qualidade do ensino.

Combina-se a precarização nas instituições públicas com o incremento de práticas privatistas. É ilustrativo deste incremento o projeto de Código Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, que teve a “contribuição” de fundações privadas de todo o país. De acordo com o projeto, não apenas será permitida a transferência direta de recursos públicos para o setor privado, como se ampliará a possibilidade de as instituições públicas – as universidades, responsáveis por mais de 90% da produção científica do país – compartilharem seus laboratórios, equipamentos, materiais e instalações com empresas privadas, inclusive transnacionais. O Código permitirá ainda o acesso à biodiversidade pelos monopólios privados. Além do que será permitido, sem autorização prévia, o acesso ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de pesquisa. E também a extração do patrimônio para fins de produção e comercialização. Trata-se de mais *uma política de entrega nacional total*.

A reforma do Estado brasileiro avança a partir da iniciativa do governo federal de aprovação do PLP 92/2007. Este projeto apresenta a proposição de Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP – regulamenta o Inciso XIX do art. 37 da Constituição Federal, definindo as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público, de direito público ou privado. A proposta de FEDP tem como objeto as áreas de saúde, assistência social, cultura, educação, desporto, ciência e tecnologia, meio ambiente, previdência complementar do servidor público, comunicação social, promoção do turismo nacional e os hospitais universitários. Ao retomar a tramitação na Câmara dos Deputados, agora em regime de urgência, do PLP 92/2007, o governo Dilma Rousseff desconsidera a luta travada nesses últimos seis anos – contra esse modelo de gestão – pelos movimentos sociais, estudantis e as decisões das entidades do serviço público das esferas federal, estadual e municipal, bem como as resoluções do CNS - Conselho Nacional de Saúde. Busca-se regulamentar com leis práticas o que já vem sendo instituído em todas as esferas do Estado, como a entrega de hospitais e outros serviços para administração de OCIP – Organização Civil de Interesse Público e fundações, em diversos estados e municípios. O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais vem intervindo para tentar barrar o referido PL no Congresso Nacional.

Ainda no terreno da mercantilização dos direitos sociais e da redução da ação do Estado, na área da saúde, a EBSEH completa o quadro de entrega de serviços públicos para empresas de regime privado. A EBSEH, além de ferir a autonomia universitária, influir negativamente na qualidade do ensino da pesquisa e da extensão, precariza a prestação de serviço para a população e as relações de trabalho no interior dos hospitais universitários.

A previdência é outra vertente de redução social do Estado, agora com a discussão do fator previdenciário 95/105, um mecanismo para que ninguém se aposente com menos de 70 anos, assim como a recente criação e pressão para adesão ao FUNPRESP, que acaba com a aposentadoria integral dos novos servidores públicos, formando um mega fundo que tem por centralidade estar a serviço do capital.

Na saúde, o governo federal está gestando uma política de isenção fiscal para que os planos privados assumam a demanda do SUS – uma “bolsa saúde”, um negócio que supera extraordinariamente o que foi a venda da Amil, e poderá, em conjunto com as

outras medidas citadas, por fim ao modelo de saúde pública, gratuita e universal do SUS.

A Criminalização dos Movimentos Sociais

Diante do quadro apresentado, temos ainda, no que se refere aos segmentos populacionais que reclamam seus direitos, o recrudescimento da violência oficial do Estado no lugar da atenção à dívida social para com os mesmos.

Os Povos Indígenas e Quilombolas lutam pelos seus Territórios Tradicionais, que estão em processo de demarcação, ou já demarcadas. Estes são vítimas de intensa violência, como: ameaças de morte, assassinatos, ataques de homens armados a seus locais de moradia, preconceito etnorracial e exclusão social. O Brasil é o país onde mais são cometidos homicídios e outras formas de violação de direitos contra comunidades originárias. As ações governamentais vêm favorecendo os interesses do empresariado sobre as terras indígenas com violência oficial de estado, gerando um número expressivo de mortes de homens e mulheres que lutam pelo direito de trabalhar.

O substitutivo ao PL 478/2007, que cria o Estatuto do Nascituro, é um retrocesso para o direito das mulheres. Ao prever pena de um a três anos de prisão a quem “causar, culposamente, morte ao nascituro”, o projeto abre brecha para a possibilidade de se criminalizar o aborto, inclusive, nos casos de estupro. O PL prevê, ainda, dentre outros pontos, o pagamento de pensão alimentícia, equivalente a um salário mínimo, às crianças concebidas de violência sexual, incrementando o processo de “bolsificação” da vida dos trabalhadores.

No tocante à política de combate à homofobia, transfobia e lesbofobia, há que se considerar que um dos focos principais na análise deve ser a elaboração de políticas que superem caráter não classista do discurso governamental. O debate nacional hoje travado em torno do “Fora Feliciano!”, “Ele não nos representa!”, trouxe à tona, contraditoriamente, posturas ainda mais conservadoras na sociedade brasileira sobre o tema e sobre bandeiras históricas das mulheres, além de criar a falsa impressão de avanços na luta, a partir da exposição midiática da pauta LGBT, quando se percebe uma retração nas diversas mobilizações nacionais e o aumento da violência contra os LGBT trabalhadores. Por outro lado, o capital busca acomodar minimamente as reivindicações LGBT, quando cede e reconhece a união civil e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e oferece a possibilidade do acesso à cidadania através da mercantilização, o rentável “mercado pink”, dentre outras ações.

Está em curso um processo que combina medidas repressivas à luta dos trabalhadores e juventude com ações assistencialistas (“bolsificação da vida”), o que reforça a ressignificação das políticas sociais, na medida em que elas são descaracterizadas como direito universal, focalizando-as entre os mais pobres dos pobres, deixando os demais à mercê das regras de mercado para o acesso aos bens coletivos necessários à reprodução material e social da sua vida e família. Os conflitos urbanos são importante evidência desse processo que, no atual contexto, tem enfrentado as medidas de higienização social, que marcam a cena das grandes cidades brasileiras em nome da presença do grande capital e sob a retórica do desenvolvimento-crescimento-investimento dos mega eventos esportivos.

A criminalização destas lutas se expressa não só nas ações repressoras como também nos verdadeiros absurdos, como o atentado a direitos constitucionais presente no PL 728/2011 do Senado, dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA), conhecido pelos movimentos sociais como “AI-5 da Copa” por, dentre outras coisas, proibir greves durante o período dos jogos e incluir

“terrorismo” no rol de crimes com punições duras e penas altas para quem “provocar terror ou pânico organizado”.

A Luta dos Trabalhadores: Resposta à Violência do Capital

Dos peões das obras do PAC aos bombeiros do Rio de Janeiro, passando pelos professores, funcionalismo federal, metalúrgicos da Volkswagen no Paraná e a juventude no “Fora Mícarla” em Natal, nas marchas pela liberdade, no movimento pelo passe livre e contra o aumento das passagens de transporte nas grandes cidades do Brasil, os trabalhadores demonstram que não estão dispostos a arcar com os ônus da crise. Em 2013, o aprofundamento da crise internacional e seus reflexos no Brasil, com a retomada da inflação e aumento da carestia, trazem à cena manifestações com diferenciados níveis de organização, contra o aumento na passagem como as que ocorreram em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Natal e Teresina, ações organizadas de trabalhadores com importantes greves e a Marcha Unificada de 24 de abril, além de ocupações de áreas rurais e públicas intensificando as reivindicações por direitos.

Da parte do governo e com forte alimentação pela mídia, contudo, aprofunda-se a criminalização das lutas, manifestações públicas e greves. São ações policiais e medidas judiciais contra as mobilizações, visando à eliminação de movimentos sociais e dos ativistas. Vivenciamos um quadro em que as greves são julgadas ilegais ou abusivas preventivamente, com pesadas multas aos trabalhadores e suas entidades, como, por exemplo, no setor de transportes e no funcionalismo.

Porém, a luta dos trabalhadores está viva e são visíveis as conquistas por segmento-categoria. Também é importante o despreendimento de setores do bloco governistas e do sindicalismo pelego. No entanto, é preciso ampliar o volume e qualidade necessários para inverter a correlação de forças e dar, ao polo sindical-popular classista e autônomo, a direção do movimento social do país. Superar a fragmentação, aprofundando a unidade dos setores dispostos a resistir para ampliar as lutas, que sejam capazes de reverter o quadro de ataques aos direitos sociais, constitui-se numa tarefa primordial.

Nas lutas deste período destaca-se a importância da preparação e da realização da Marcha de 24 de abril promovida pelo espaço unidade de ação, no qual a CSP-Conlutas atuou corretamente no sentido de aglutinação de forças dispostas a mobilizar os trabalhadores em oposição às contrarreformas neoliberais. Essa movimentação enfrentou, com sucesso, vários obstáculos. Entre os quais, destaca-se a ação da direção nacional da CUT, que precipitou a chamada de outra manifestação em Brasília, ameaçou entidades de sua base que estavam envolvidas na preparação da Marcha do dia 24 e atuou no sentido de combater a luta pela anulação da reforma da previdência. O sucesso da mobilização teve, como uma das consequências, o distanciamento da direção da CUT em relação à proposta do Acordo Coletivo Especial – ACE, proposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Isso, no entanto, não significa que a contrarreforma sindical esteja afastada do horizonte. Ao contrário, o embate ocorrido até o momento tende a continuar. O capital, diante da redução das taxas de lucro, exige urgência na reforma sindical, na flexibilização de direitos e em relação a isso, está estabelecido um marco diferenciador de ação sindical. Se a iniciativa do ACE encontra-se temporariamente desmoralizada, outras tendem a ser retomadas pelas centrais, hoje reconhecidas e alimentadas por recursos do imposto sindical.

É necessário avançar na consolidação de instrumentos organizativos que trabalhem pela unificação dos movimentos sociais e suas lutas, tendo como elemento catalizador a CSP-Conlutas. Instrumentos esses que possam potencializar as greves, elevando

qualitativamente o patamar das lutas contribuindo e acumulando para alterar a correlação de forças em favor dos trabalhadores, enfrentando o domínio do neopeleguismo governista entre as grandes centrais sindicais e a grande fragmentação no campo dos setores classistas e combativos.

Docentes na luta por seus direitos e a defesa do ANDES-SN

A conjuntura deste último trimestre manteve as ações de desconstrução do papel social das IES públicas. A luta do ANDES-SN para enfrentar os ataques manteve eixos unitários que caracterizam o amálgama do projeto de universidade que defendemos. Neste sentido, deve-se manter a luta contra o PNE, que oficializa o processo de privatização da educação brasileira, e luta contra o estrangulamento da democracia interna nas instituições, que é a marca da subalternidade dos dirigentes das IES às políticas governamentais. Os desdobramentos para o trabalho docente têm sido evidentes nas precárias condições de trabalho, carreira e salário. Assim, as ações nas estaduais e a campanha salarial das federais, nas quais tivemos programadas mobilizações, dias nacionais de luta, jornadas, paralisações, greves, atividades no parlamento, junto a outros movimentos e entidades, marcaram nossas reações neste período. Na nossa esfera de lutas, devem ser consideradas as IES particulares, quer porque contém expressivo número de alunos e professores, quer porque sofrem uma exploração do patronato e são submetidos, os professores, a um regime de coação política e restrição abusiva na sua forma de organização pela luta dos seus direitos. Nosso objetivo é pautar as reivindicações de todos os docentes, mobilizar a categoria e arrancar as reivindicações.

É importante destacar as dificuldades que se antepõem na trajetória de luta das entidades combativas, críticas da política do governo e que se apresentam com uma postura autônoma, comprometida apenas com o interesse dos trabalhadores e da categoria que representam. Além de pressões políticas, sofrem com a injeção dos processos judiciais e com os trâmites burocráticos que buscam obscurecer a legitimidade pelo aparato legal. Essas entidades, como é o caso do ANDES-SN, **têm** respondido a esses ataques com a organização democrática de sua estrutura, com a mobilização de sua base e com ações externas articuladas com os movimentos sociais em defesa do patrimônio acumulado nesses mais de 30 anos de existência. A defesa do Sindicato continua, portanto, como prioritária.

Cabe ao 58º CONAD avaliar as ações de luta empreendidas neste período, atualizar o plano de lutas de modo a responder ao desafio de, a partir da intensificação do trabalho de base, ampliar a organização da nossa categoria e contribuir para a unidade classista dos trabalhadores, fortalecendo o Sindicato Nacional, avançando no processo de sua legitimação na categoria como instrumento de luta.

TEXTO 2

Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical

A PRÁXIS COMO EXIGÊNCIA DA PRÁXIS

1. Ao nascermos herdamos uma compreensão do mundo já pronta, acabada, onde o significante e o significado perfazem um só bloco consistente, expressando na sociedade de classes a opinião e a “verdade” da classe dominante que, poderosa, arrasta a quase totalidade da sociedade para construir os seus devaneios de liberdade, traduzidos no supérfluo distante incomensuravelmente da maioria absoluta da classe trabalhadora.
2. Na sociedade capitalista – dependente ou não - a opinião e a “verdade” da classe dominante transformam as riquezas materiais e bens culturais produzidos, sobretudo pela classe subalterna – trabalhadores e trabalhadoras, desempregados (exército de reserva) e expurgos sociais – em bens para si; enquanto alienada, a classe subalterna se debate unicamente com a aquisição, ou manutenção, das condições de sobrevivência ou mesmo de algumas poucas veleidades de pequeno porte, e sendo uma classe voltada para a outra segue a pauta imposta pela classe dominante.
3. A classe subalterna vê a sociedade como composta de castas produzidas e distribuídas dentro do espectro da produção capitalista, induzindo-a a se ver como muitas classes diferenciadas, conforme o quinhão de poder a elas atribuído pela classe dominante. Percebe-se como voltada para si independentemente do lugar que a classe dominante lhes tenha reservado na produção – e na sociedade.
4. Os professores e professoras das universidades se veem como um estamento privilegiado na ilusão do “espectro das classes sociais”, não sabendo a diferença entre classe e categorias na classe em razão do trabalho produzido em sua formação mental/intelectual – em que professores e professoras, pais e mães, o trabalho, sociedade, exerceram, e exercem, um profundo trabalho de alienação no processo de práxis do senso comum - que agora reproduzem mecanicamente a compreensão que receberam e vivência praticada, em muitos casos recusando-se a se verem como pertencentes à classe subalterna, reivindicando para si uma compreensão e práticas que não lhes pertencem enquanto classe efetiva, mas que as reivindicam para si como próprias, realizando assim, em si mesma, a própria servidão.
5. A questão mais importante a resolver no âmbito dos sindicalizados, e não sindicalizados, é o da participação efetiva, com ciência e consciência, de que o trabalho docente precisa ser o de desconstruir a alienação imposta, principalmente a partir do local de trabalho docente.
6. Sem vencer a alienação da própria classe, e nessa a categoria docente, a centralidade da luta expressa na frase: *defesa do caráter público e gratuito da educação, condições de trabalho, salários dignos e de carreira para os docentes, ampliando a organização da categoria no ANDES Sindicato Nacional e a unidade classista dos trabalhadores*, não pode se efetivar de modo a alcançar o patamar em que quantidade se transforma em qualidade.
7. Dizer que a nossa última greve docente – a mais longa da história, dito isso como uma vantagem por ignorantes – resultou de um trabalho da direção do ANDES-SN e de sua rede associada, é parcialmente uma inverdade. A greve foi também resultado do cansaço físico e mental da grande maioria docente. O mesmo cansaço e desgaste que a obrigou retornar às salas de aulas a partir de decisão do CNG, e não da BASE.

- A pesquisa continuou quase intacta e funcionando como um contraponto da greve, local em que muitos docentes se escondem com a finalidade provarem que a todo o momento estavam trabalhando (jeitinho docente de fazer greve e de furar a greve, ao mesmo tempo – destruindo assim um princípio da lógica clássica). Os relatos a que tivemos acesso nas reuniões do setor das IFES indicaram que pouquíssimos docentes se fariam presentes na Marcha do dia 24 de abril deste ano de 2013, como realmente aconteceu. Os relatos em torno da presença em nossas assembleias mostram que os interesses em discutir e tomar decisões sobre as nossas pautas praticamente inexistem. Cansaço físico, dinheiro pouco e alienação induzida produzem depressão. Depressão é caminho para a desistência, qualquer que seja ela.
8. Neste sentido, há uma profunda lacuna de informação, discussão e desconstrução do processo de alienação inerentes ao modo de produção capitalista e da propaganda que este faz de suas delícias inalcançáveis à classe subalterna (alguns pegam migalhas no portão do Paraíso) e profundamente destrutivas ao Planeta. Não dizemos aqui que o grupo militante faz pouco. Faz o que pode e à custa de muitos prejuízos financeiros e afetivos. É que dificilmente a qualidade se transforma em quantidade. Precisamos atingir mais quantidades com a qualidade e acúmulos que já possuímos.
 9. Em muitos casos, segmentos da classe subalterna criam movimentos do tipo “primavera árabe”, movimento “occupy”, “crise do capitalismo”, como se fossem rotas de fuga do sistema ou mesmo a sua quebra. O capitalismo quebrará com certeza, mas não em razão desses justos movimentos sociais – fadados a perecerem brevemente por não se constituírem como consciência de classe, por isso sem a firmeza necessária para a continuidade e aprofundamento das conquistas. O que importa é entender que através do capitalismo a classe subalterna jamais se libertará, e para isso necessita compreendê-lo. Isso não acontecerá de modo espontâneo ou conduzido por uma massa disforme de famintos.
 10. A maior contribuição que a nossa rede de sindicatos e associações pode prestar ao povo brasileiro e ao planeta, coordenado por um GT composto de militantes de toda a nossa rede associada, é trabalhar diuturnamente na explicitação de como e pra quem funciona o modo de produção capitalista. Planejar a sua derrota (entendemos planejamento como pensar, executar e avaliar concomitantemente). É a práxis como exigência da práxis. Sair da informação em sites e penetrar o cotidiano das universidades, da sociedade.
 11. No mais, concordamos com todas as análises que colocam os nossos, as nossas, governantes e maioria parlamentar como assecas do capital. A narrativa de como procedem é lugar comum sob a visão classista militante em nosso sindicato e já são pautas de denúncia e reivindicações. Não podemos deixar de constatar que a Marcha de 24 de abril foi uma vitória, principalmente por revelar o potencial que temos ainda a construir no **Espaço de Unidade de Ação**, além de ter sido a maior manifestação da classe subalterna nos últimos anos aqui no Brasil.

**Tema II: Avaliação e atualização
do plano de lutas: educação,
direitos e organização dos
trabalhadores**

TEXTO 3

Diretoria do ANDES-SN

TRATANDO OS DESAFIOS POLÍTICO-ORGANIZATIVOS DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Os desafios organizativos do ANDES-SN se expressaram no 32º Congresso por meio da quantidade expressiva de TRs nele apresentadas que tratavam de questões organizativas. O Congresso aprovou algumas questões, entre as que o acúmulo de discussão assim o permitiu. É o caso da criação do fundo único de mobilização, solidariedade e greve, decidindo, ao mesmo tempo, deflagrar um processo de ampla discussão, com vistas à construção coletiva de propostas que deverão ser objeto de deliberação do 33º Congresso, no início de 2014, sem prejuízo da aprovação de outras, que, por não serem estruturais, podem ser deliberadas pelo CONAD. O 32º Congresso definiu o 7º Encontro Intersetorial como momento importante do debate: *“O 32º Congresso do ANDES-SN delibera que a diretoria promova, sob a coordenação do GTPFS, um amplo debate, com a participação das seções sindicais, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, atendendo os três setores (IFES, IEES/IMES e IPES), resultando no 7º Encontro Intersetorial do ANDES-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013”*.

Para dar cumprimento a esta deliberação do 32º Congresso, a diretoria convocou o GTPFS, que se reuniu no dia 18 de maio de 2013 e indicou a necessidade de ser feito um levantamento e um diagnóstico de como as seções sindicais estão se organizando, notadamente em relação à estrutura multicampi das instituições, para poder subsidiar o debate do 7º Encontro Intersetorial. Isso significa que o encontro deverá ter uma boa preparação, que os participantes tenham um bom diagnóstico da situação organizativa do Sindicato, suas demandas e as possibilidades para seu fortalecimento. É compreensão da diretoria que um dos principais desafios é o de fazer o Sindicato estar presente e com existência efetiva em todos os locais de trabalho, sem descaracterizar seu princípio organizativo, que é o de ser um sindicato nacional e não uma federação. Sendo a seção sindical parte constitutiva do Sindicato – *“Art. 44. A SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND) é indissociável, constituindo-se na menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SINDICATO NACIONAL”* –, há que se encontrar flexibilidade para atender a diversidade de situações, mantendo este princípio. O prazo de 31 de agosto, estabelecido pelo Congresso para a realização do 7º Encontro Intersetorial apresenta-se exíguo para a sua devida preparação, bem como se obter o proveito que é demandado pelos assuntos em debate. Neste sentido, a diretoria entende que ele deva ser realizado em outubro. Ao mesmo tempo em que se desenvolve o diagnóstico e se aprofunda a discussão, faz-se necessário desenvolver atividades de formação. A partir de encaminhamento da reunião do GTPFS de promover uma atividade de formação em Niterói, em parceria com a ADUFF-SSind, no mês de agosto, propõe-se que sejam realizadas atividades em outras regiões.

TR - 3

O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN:

- 1.** Realize, precedendo o VII Encontro Intersetorial, um levantamento e um diagnóstico das práticas organizativas e políticas das seções sindicais que atuam em instituições multicampi, para que seja possível definir algumas orientações gerais, bem como pensar em possíveis modificações na estrutura do ANDES-SN, em sua política de sustentação financeira, de assessoria jurídica e outras;
- 2.** Promova Atividades de Formação Sindical nas cinco regiões geográficas do Brasil no segundo semestre de 2013 (Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-oeste e Sul);
 - 2.1** Os locais, as datas e a organização das atividades serão definidos pela diretoria, em articulação com as seções sindicais e as secretarias regionais;
 - 2.2** O formato e o conteúdo das atividades devem concentrar-se na história do ANDES-SN como parte do processo de luta de enfrentamento ao Sindicalismo de Estado, tratar dos desafios atuais de reorganização da classe e da organização do próprio ANDES-SN.

TEXTO 4

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

Diante das demandas atuais do capital, a ciência e a tecnologia são encaradas como mera mercadoria e o desenvolvimento científico e tecnológico é usado como instrumento de controle social e político. Nas últimas décadas, o Brasil, por meio das políticas governamentais, reproduzidas acriticamente por suas agências de fomento e sem a reflexão de grande parte de seus cientistas, vem avançando rapidamente neste processo de “capitalização” do conhecimento científico e tecnológico. O binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado, de forma aparentemente redundante, em Ciência, Tecnologia e Inovação. A redundância ao incorporar o termo Inovação esconde o verdadeiro movimento: a Inovação passa a ser o veículo por meio do qual a universidade, local onde praticamente toda atividade científica do país está concentrada, é subalternizada ao setor dito “produtivo”. A partir deste conceito, a pesquisa passa agora a ter seu valor medido pela sua potencialidade de adaptação ao mercado.

Para efetivar suas políticas neoliberais para C&T, o governo se mune de um aparato legal, que, sob o eufemismo da modernização, flexibiliza as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas e as empresas privadas. Destaca-se aqui a Lei de Inovação Tecnológica e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) e o Projeto de Lei do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011). Este último amplia a possibilidade de as instituições públicas compartilharem seus recursos humanos e materiais com as empresas privadas, inclusive transnacionais, permitindo, sem autorização prévia, o acesso destas ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de comercialização visando lucro. Em seu artigo quarto, o PL 2177/2011 ainda estabelece que as agências de fomento, como

CAPES e CNPq, poderão celebrar convênios e contratos com as fundações de apoio de direito privado com a finalidade de gerenciar os projetos de pesquisa desenvolvidos dentro da universidade.

No jogo do capital, é importante ainda salientar o papel do desenvolvimento científico e tecnológico como aparato para controlar cada vez mais o uso dos recursos naturais, dos recursos energéticos, a posse e a divisão da terra. Os problemas envolvendo a invasão e demarcação de territórios de povos indígenas e quilombolas e o código florestal, concretizado sob a tutela do agronegócio, são exemplos claros deste processo.

Nessa perspectiva, o campo da educação científica, fundamental para a formação das futuras gerações de cientistas, não poderia ser deixado de fora do projeto do capital para a ciência brasileira. A formação de professores da área científica vem sofrendo uma série de reformas, que vão em direção de uma formação mais utilitarista e menos reflexiva da ciência e seu papel na sociedade. Este fato vem ao encontro da política do capital internacional para a América Latina, que coloca esses países numa posição secundária e de dependência no que concerne à ciência e à tecnologia.

Diante deste quadro, o 32º Congresso do ANDES-SN aprovou uma série de resoluções sobre C&T que visam aprofundar o debate sobre política científica, promovida pelas agências de fomento, e seu processo de avaliação, calcado no produtivismo e imediatismo, assim como realizar atividades conjuntas com o GTPE para analisar as reformas na área da educação científica. Também foi aprovada no 32º Congresso a realização de um Seminário Nacional sobre povos indígenas, em conjunto com o agora GTPAUA e o GTPCEGD. O seminário terá como tema “O Estado contra as NAÇÕES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS: A questão da Terra”, a ser realizado na cidade de Dourados-MT.

Importante ressaltar que, após o 32º Congresso, o governo criou, em conjunto com a classe empresarial e com o beneplácito da ANDIFES, a ação piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII). A EMBRAPII se propõe a ser uma organização social que tem como objetivo fomentar o processo de cooperação entre as pequenas e médias empresas nacionais e instituições voltadas para pesquisa e desenvolvimento. Os recursos serão do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e dos parceiros envolvidos. A EMBRAPII certificará, avaliará e financiará os projetos que vão ser estabelecidos a partir da demanda da indústria, podendo utilizar-se dos laboratórios das universidades, construídos com dinheiro público.

Neste contexto, é fundamental a luta conduzida pelo ANDES-SN para que seja alterada radicalmente a lógica das políticas de C&T para o país, de forma a que o desenvolvimento científico e tecnológico seja um vetor para o desenvolvimento humano, com vista aos interesses e necessidades da maioria da população. Caso contrário, o projeto de C&T continuará sendo dominado pelos interesses da elite nacional e do capital internacional.

TR-4

A partir das ações aprovadas no 32º Congresso, o 58º CONAD delibera:

1- Que as seções sindicais acompanhem e relatem à coordenação do GT C&T a celebração de possíveis convênios entre as IFE e a ação piloto da EMBRAPII;

TEXTO 5

Diretoria do ANDES-SN

SOBRE A PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA DE INICIATIVA POPULAR

TEXTO DE APOIO

A legislação que rege as comunicações no Brasil data de 1962, já durando, portanto, 50 anos sem qualquer atualização frente à dinâmica social. Os governos militares que se seguiram ao golpe militar de 1964 valeram-se do poder de influência conservadora desse setor, dominado por um pequeno grupo de famílias, mantendo o muro que o protege e perpetua. Tal condição permaneceu intocada nas três últimas décadas.

Para enfrentar essa situação secular – que já começa a sofrer mudanças em alguns países da América Latina - foi gestado uma proposta de projeto de lei de iniciativa popular da comunicação social eletrônica, Projeto da Mídia Democrática, visando, sobretudo, modificações na área de rádio, televisão e transmissão eletrônica de dados, de forma a regulamentar os artigos 5, 21, 220, 221, 222, e 223 da Constituição Federal. (<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br/index.php/2013-04-30-15-58-11>)

A proposta de projeto de lei em questão contém seis capítulos que, em síntese, tratam do seguinte: 1 – define o que é a comunicação social eletrônica e seus serviços (rádio e televisão aberta gratuita, rádio e TV digital, rádio e TV na Internet não produzidas por usuários), 2 – define os princípios e objetivos da lei: pluralidade de ideias e opiniões, fomentar a cultura nacional, a diversidade regional, etnicorracial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual. 3 – Define regras para licença de um serviço de comunicação, através de critérios transparentes e com audiências públicas. Proíbe que políticos sejam donos de emissoras de rádio e televisão. 4 – Define regras para impedir a formação de monopólio nos meios de comunicação, proibindo que um mesmo grupo econômico seja proprietário de rádios, televisões, jornais e revistas numa mesma localidade, com exceção dos pequenos municípios. 5 – Define o direito de antena para grupos sociais, direito de resposta e proíbe a censura prévia de conteúdos. 6 – Define os órgãos que terão o papel de regular os serviços e serão responsáveis por observar o cumprimento da lei e cria o Conselho Nacional de Políticas de Comunicação.

Esta iniciativa popular é uma alternativa que se apresenta para mobilizar a sociedade e também incidir no debate legislativo, em tema tão importante, relegado pelos governos e parlamento, que têm se omitido, submissos às ingerências do poder econômico.

Seu conteúdo é resultado de um movimento de consultas e acordos com vários setores sociais e entidades comprometidas com a democratização das comunicações, reaglutinadas em torno do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações – FNDC, após a frustrada tentativa de influenciar nos rumos da comunicação do país no espaço da Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM.

Mesmo sendo produto de uma composição de várias opiniões, o projeto contempla os principais elementos da plataforma aprovada pelo ANDES-SN, no seu 32º Congresso, tais como: o fortalecimento dos meios de comunicação sindicais e comunitários; a luta

contra a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a abertura de eventos de interesse público; a luta para que o dispositivo constitucional (artigo 222) seja cumprido, impedindo a apropriação dos meios de comunicação por monopólios, a propriedade cruzada desses meios, bem como o monopólio para a cobertura de eventos de interesse público; a universalização dos serviços essenciais nos meios de comunicação, tratando como serviços públicos aqueles relacionados à concretização dos direitos individuais e coletivos; a separação do conteúdo e infraestrutura para as atividades de comunicação social: a operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio, plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada; o estabelecimento de mecanismos de transparência para a publicidade oficial e para o gasto de verbas públicas diretas ou indiretas; o estabelecimento de mecanismo de controle social e responsabilização quanto a violações de direitos humanos, de proteção às crianças e aos adolescentes, e publicidade abusiva no que diz respeito a alimentos, bebidas, medicamentos e tabaco.

Muitas entidades nacionais e regionais já publicizaram sua chancela à proposta, e pontos de coleta de assinatura estão funcionando em vários locais do país, porém, para que o efeito ocorra com a potência necessária, será preciso ampliar o movimento e ganhar a sociedade, inclusive para atingir o número de assinaturas exigido para a formalização do protocolo que garanta sua tramitação na Câmara Federal e no Senado da República.

O ANDES-SN sempre esteve na linha de frente da luta pela democratização do país e reorganizou sua intervenção sobre a política de comunicação no último Congresso, ocorrido no Rio de Janeiro, o que respalda e justifica seu apoio e empenho político a favor dessa iniciativa de caráter popular.

TR-5

O 58º CONAD delibera:

1. Apoiar a proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática;
2. Divulgar a campanha de coleta de assinaturas em apoio a essa proposta de iniciativa popular.

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DA EDUCAÇÃO

Disputas de projeto e estratégias de ação na política educacional

O atual momento da política educacional requer uma reflexão aprofundada a respeito das disputas em torno de projetos societários presentes na sociedade brasileira. A correlação de forças políticas possibilitou ao governo a consolidação de um processo de dominação de classe para o conjunto social, que se concretiza por meio de uma legislação que retira da educação o caráter de direito social garantido constitucionalmente, que nos é apresentado através do Plano Nacional de Educação (PNE), Instituto de Avaliação de Educação Superior (INSAES), Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego (PRONATEC), Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Programa Universidade para Todos (ProUni), entre outros.

Este texto de apoio contempla essa discussão na medida em que se atualiza a análise sobre os PL da educação que tramitam no Congresso Nacional. Nesse sentido, resgatamos os embates políticos ocorridos em torno de um projeto de educação para a sociedade brasileira ao longo das últimas décadas.

Os debates em torno da necessidade de um Plano Nacional da Educação se concretizaram na constituinte (1987) como uma das marcas do processo de democratização da sociedade brasileira. Nesse contexto, várias Conferências Brasileiras de Educação culminaram com a Carta de Goiânia, em 1986, trazendo um diagnóstico da educação no Brasil e sugestões de itens a serem contemplados na Constituição. Esse movimento resultou na articulação do Fórum em Defesa da Escola Pública (FEDEP), que aglutinou a mobilização da sociedade brasileira. A promulgação da LDB nº 9394/96 expressava os conflitos entre um projeto democrático popular de educação e o projeto neoliberal do governo que se consolidava à época. Fortalecendo o projeto democrático popular, o ANDES-SN protagonizou a construção de plataformas de ação em diversas áreas do campo social, dentre elas a educação e a saúde, para a constituinte; participou ativamente do FEDEP e apresentou importantes contribuições na elaboração da proposta da LDB.

A LDB nº 9394/96 previa que, no prazo de um ano, a União encaminhasse ao Congresso um Plano Nacional de Educação (PNE) com diretrizes e metas para os dez anos seguintes. O processo de discussão e elaboração de um PNE gerou dois projetos antagônicos. Um elaborado no âmbito da sociedade civil por meio das Conferências Nacionais de Educação, que era apoiado pelo FEDEP e pelos partidos de oposição. Essa proposta, denominada PNE da Sociedade Brasileira, deu entrada no Congresso Nacional como o PL 4155 no dia 10 de fevereiro de 1998, buscando incorporar as reivindicações dos movimentos populares para a educação brasileira. Em contraposição a esse projeto, foi apensado a essa proposta o texto oficial do Governo, o PL 4178, um dia depois. Apenas no final de 2000 foi aprovado o PNE, com base no relatório da Comissão de

Educação, desconsiderando as proposições do PNE da sociedade brasileira, sobretudo em termos do compromisso do Estado com o financiamento da educação brasileira - Lei 10172, sancionada em 09 de janeiro de 2001, com nove vetos presidenciais.

Esse PNE vigorou até 2010, sem cumprir parte significativa das metas estabelecidas em lei, com os governos desse período, negligenciando as necessidades de ampliação de recursos, valorização do profissional da educação e universalização e democratização do ensino. As Conferências Municipais e Estaduais de Educação culminaram com a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), convocada pelo governo, e teve a participação de setores da sociedade civil, entidades como ANPED, ANFOPE, ANPAE, CNTE. As sugestões, reivindicações, recomendações e propostas vindas da CONAE não foram acatadas pelo governo. Isso porque sua intenção ao convocar a CONAE era de buscar legitimidade em seu projeto que atende aos interesses privatistas do empresariamento da educação, aprofunda a precarização do trabalho docente e promove uma expansão sem adequadas condições que preservem a qualidade do ensino desde a educação básica até a educação superior. Essa postura governamental reforça a posição do ANDES-SN, aprovada em Congresso (Pelotas, 2009), que deliberou por não participar das Conferências Municipal, Estadual e Nacional, pois participar seria legitimar o projeto de educação do governo, que não se compromete com a educação pública, gratuita, de qualidade e, sobretudo, socialmente referenciada. Da mesma forma, o 32º Congresso manifestou posição contrária à participação do ANDES-SN na CONAE 2013/2014.

Em 2010, entra em cena o PL nº 8035/2010, que propõe o Plano Nacional de Educação 2011-2020. Este PNE nos últimos três anos ficou tramitando no Congresso Nacional passando por várias comissões, recebendo inúmeras Emendas. Em dezembro de 2012 chegou ao Senado Federal o PLC 103/2012, sendo encaminhado para a Comissão de Assuntos Econômicos e indicado para relatoria o Senador José Pimentel. No último dia 30 de maio o texto substitutivo nº 84 apresentado pelo relator José Pimentel é aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, sendo encaminhado para a Comissão de Constituição e Justiça.

Este texto substitutivo aprovado reafirma o projeto de Educação que o governo vem impondo à sociedade.

Na meta aponta para a universalização na educação infantil e na pré-escola nas idades de 4 a 5 anos até 2016 e a oferta de pré-escola e educação infantil em creche até os três anos atendendo no mínimo de 50% até o fim da vigência desse PNE. Vale destacar que o atendimento mínimo de 50% em creches até os três anos está longe de promover uma política de universalização, sobretudo no que se refere aos interesses das classes menos favorecidas, da população do campo, quilombola e indígena.

As metas 2 e 3 trazem a universalização no ensino de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos, mas apontam ao final taxas líquidas de matrículas inferiores a 100%. O mesmo ocorre na meta 6 em relação à escola em tempo integral. Na estratégia 3.1 da meta 3 essa perspectiva da interdisciplinaridade põe em cheque os currículos e a fluidez dos mesmos. Isto porque dilui os conteúdos disciplinares negando a construção do saber historicamente acumulado e fazendo prevalecer um ensino pautado numa proposta de formação para o trabalho orientada pelo que se denomina de pedagogia das competências, que reforça as teses do capital humano revestidas das exigências da atual fase da acumulação capitalista.

Na estratégia 3.4 referencia o ENEM e SAEB utilizando-os como instrumento de avaliação sistêmica para subsidiar políticas para a Educação Básica, de avaliação

certificadora, de habilidades e de avaliação classificatória como critério de acesso ao ensino superior. Nesse sentido o ENEM se apresenta como um mecanismo de democratização do acesso à universidade pública, mas de fato reforça a meritocracia, a competitividade e os critérios de acesso que só beneficiam aqueles que têm condições de um ensino básico de elite.

A meta 4 aborda a universalização para a população de 4 a 17 anos do atendimento escolar aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino. A proposta do PNE repete a proposta do anterior sobre Educação Especial e é lançada com o mesmo discurso no qual prevê as Salas de Recursos Multifuncionais como meio de realizar a inclusão escolar. Para ocorrer a inclusão, esta modalidade de educação deve ter relação direta com a educação regular, e não apenas uma articulação com o Atendimento Educacional Especializado complementar, ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais.

A meta 5 aponta para alfabetização na idade de seis anos no último ano de vigência do plano. Além disso, estabelece como estratégia de estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização a perspectiva de escolarização desde a pré-escola, tendo como referência os processos de avaliação nacional. O problema é que há uma tendência de escolarização forçada na pré-escola que desconsidera as particularidades de criança de zero a seis anos, bem como a diversidade cultural e regional brasileira.

A meta 7 trata da fomentação da qualidade da educação básica em todas as modalidades, na perspectiva da melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, para atingir médias definidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, IDEB, com 35 estratégias, supervalorizando tal índice. Entendemos que é uma política equivocada, por tratar a educação básica, nas suas diversas etapas e modalidades, com o propósito exclusivo de atingir uma meta a partir de médias de fluxo e aprendizagem, estabelecidos por um sistema de avaliação expresso por índice, sem considerar elementos significativos como perfil do aluno, dos profissionais, condições de trabalho, infraestrutura e financiamento para a qualificação da educação básica.

As metas de 8 a 10 pretendem elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, bem como erradicar o analfabetismo, fortalecendo a estratégia política das parcerias público-privadas (Sistema S, ONGs, Fundações e outros); além de favorecer os interesses financeiros do empresariado, focaliza as exigências de formação do trabalhador de acordo com as necessidades do capital, reduzindo as finalidades da educação de jovens e adultos e da educação profissional à mera instrumentalização de informações.

A meta 11 trata das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, referenciando a gratuidade na expansão das vagas nas instituições privadas por meio do financiamento estudantil e pelo ensino a distância. Ao mesmo tempo permanece a política de expansão precarizada do ensino público via PRONATEC, que viabiliza a ampliação das vagas sem garantir condições de trabalho que promova uma educação profissional de qualidade, nos mesmos moldes do REUNI.

A meta 12 propõe elevar a matrícula na educação superior em cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos. A estratégia proposta para atingir essa meta é através da otimização da capacidade física e humana das IE legitimando a expansão aos moldes do REUNI e da UAB, ou seja, precarizando as condições de ensino já existentes e rebaixando a sua qualidade. Outra forma de expansão dessas matrículas será através do FIES e do PROUNI. Esta proposta reafirma o REUNI na medida em que reforça: o aumento da relação aluno professor

(RAP) de 18 para 1 como forma de elevar a taxa bruta de matrículas; o aumento da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%; fomenta abertura de vagas no EAD. A meta também estimula o FIES e a formação para o mercado de trabalho, ferindo a autonomia ao instituir uma avaliação quinquenal para verificar a relevância dos cursos oferecidos. Vale ressaltar que esta meta também traz a expansão do REUNI para as instituições de ensino superior estadual e municipal.

A meta 13 trata da qualidade da educação superior e da qualificação dos docentes, ampliando a proporção de mestres e doutores nas instituições de ensino superior. Fortalece como forma de avaliação o ENADE, e coloca a perspectiva de realização do ENEM ao fim do primeiro ano do curso de graduação para verificação de valores agregados na passagem do ensino médio para o ensino superior. Referencia a qualidade na capacitação docente, no entanto, não aponta nenhum investimento nas condições de trabalho, de recursos materiais e físicos que interferem diretamente na qualidade do ensino.

A meta 14 respalda a meta 13 quando trata do aumento de vagas na pós-graduação *strictu sensu*, quantificando a titulação anual em 60 mil mestres e 25 mil doutores, expandindo o financiamento por meio do FIES, das agências oficiais de fomento, criação de cursos nos campi novos, EAD e a internacionalização da pesquisa. É importante considerar que esta meta também não prevê a criação de estratégias adequadas para a efetivação dessa expansão com qualidade.

As metas 15, 16, 17, 18 e 19 tratam respectivamente das questões da formação de professores (metas 15 e 16), valorização do profissional da educação (metas 17 e 18) e gestão democrática da escola (meta 19). O conjunto dessas metas prevê a formação inicial e continuada de professores mediante a expansão do ensino superior e pretende valorizar o magistério através da implantação do piso nacional, induzindo municípios e estados na constituição de planos de carreira. Essas metas expressam ao longo de suas estratégias um discurso democratizante do governo, que alega se preocupar com o desenvolvimento da nação e colocar o magistério como protagonista desse processo. No entanto, cabe destacar que essas metas e estratégias deslocam as responsabilidades da União para uma falaciosa colaboração com municípios e estados. Em suma, não há nenhuma garantia de concretização de formação e valorização do magistério no PNE sem que haja uma política de compromisso da União. Além disso, não se pode falar de formação e valorização do magistério sem criar condições adequadas de recursos e de possibilidades de participação ativa das representações sindicais no debate central acerca do piso salarial e da carreira docente. Já a meta 19 aponta para a construção da gestão democrática da educação básica e superior, motivando a prevalência das decisões colegiadas e uma forma mista de acesso às funções de direção, conjugando mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica. O que essa meta faz é submeter à eleição direta para dirigentes tanto de escolas quanto de instituições de ensino superior a critérios estranhos aos processos políticos de democratização. Isso faz com que todo o estímulo à participação estabelecida nas estratégias configure-se num engodo. As estratégias trazem uma concepção de participação em que as comunidades servem como mecanismo de auxílio e de fiscalização à gestão e não como sujeito que discute, avalia e toma decisões acerca dos processos político-pedagógicos que atuam sobre as instituições.

A meta 20 trata do investimento público em educação; neste aspecto, a proposta dessa meta permite que recursos públicos sejam transferidos para setores privados da educação confirmando os compromissos do estado brasileiro em favorecer o capital e as

políticas neoliberais determinadas pelos organismos internacionais. Além disso, o investimento de 10% do PIB para a Educação será escalonado ao longo de 10 anos, atingindo o patamar máximo apenas ao final do plano, o que compromete os interesses e demandas da sociedade brasileira organizada em torno do movimento da campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública, já.

A estratégia 20.3, que trata dos recursos do Fundo Social do Pré-sal, negligencia o financiamento da educação, que é um direito que deve ser assegurado pelo tesouro nacional e não a partir de bens finitos e recursos incertos. Além do mais, a origem desses recursos é resultado da privatização dos poços do petróleo, patrimônio do Estado brasileiro, e que ainda resulta na degradação do meio ambiente. A educação é uma política pública e social e não pode ficar à mercê da privatização barata de um patrimônio do povo brasileiro, que é reserva natural e esgotável. É importante ressaltar ainda que esse recurso poderá existir no máximo no médio prazo, pois as empresas exploratórias não terão lucro imediato, o que torna imprevisível o período em que as empresas estarão aplicando o dinheiro do fundo. A educação deve ser pública e gratuita, como um direito **social inalienável da população brasileira, portanto, obrigação do Estado em financiá-la**. A política educacional expressa no PNE apresenta-se como parte de um programa de governo que foi instituído desde 2007 pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, propõem expansão através de flexibilização dos currículos, retira o caráter público da educação e substitui por educação gratuita. **A ideia de formação de estudantes para o mercado opõe-se à educação como formadora de sujeitos críticos comprometidos socialmente com o conhecimento**. Assim, reafirma suas metas políticas já em vigor e amplia suas orientações, com fundamentos pautados na reforma de estado, tais como aprofundamento das parcerias público-privadas, instrumentalização da educação básica e superior adaptando a força de trabalho às exigências do processo produtivo, bem como inculcando formas de sociabilidade burguesa.

É preciso fortalecer a ampla articulação no interior da sociedade, agregando os movimentos sociais, populares e sindicais em educação, para construir uma proposta alternativa à que vem sendo empreendida pelo governo, como foi deliberado no 32º Congresso do ANDES-SN “... *a construção de um encontro em prol da educação pública...*” que venha a trazer elementos para contribuir na direção de uma Política de Estado. Os encontros preparatórios/atividades locais e nacional deverão reforçar a proposta alternativa de educação para a sociedade brasileira defendida pelo ANDES-SN, que está sendo articulado a partir do Comitê Executivo da Campanha pelos 10% do PIB para a Educação Pública, já.

Outra política que está sendo combatida pelo ANDES-SN diz respeito ao INSAES-PL nº 4.372, de 2012, que trata da criação de uma autarquia federal de direito público, vinculada ao MEC, e tem por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior (IES) e cursos do Sistema Federal de ensino, segundo as diretrizes do Ministério da Educação (MEC) e do Plano Nacional de Educação (PNE). A criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior – INSAES – contempla a regulação, supervisão e avaliação da educação superior pública federal e privada em atividade no país; incumbência de autorizar, reconhecer e renovar o reconhecimento de cursos superiores e de acreditação de instituições e cursos superiores; credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior; produção e divulgação de informações educacionais; de constituição, gerenciamento, manutenção e divulgação de dados do cadastro de cursos e instituições credenciadas; aplicação de penalidades e instrumentos previstos na legislação, inclusive decretação de

intervenção em IES; caber-lhe-á ainda credenciar entidades e renovar a concessão do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) e supervisionar sua regularidade; responsabilizar-se-á também pela aprovação prévia das aquisições, fusões, cisões, transferências de manutenção, unificação de mantidas ou descredenciamento voluntário de instituições de educação superior do sistema federal de ensino, e articular-se-á com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação técnica e financeira. O INSAES nada mais é do que uma agência reguladora dos processos avaliativos institucionais que, além de comprometer a autonomia das instituições de ensino superior, transfere a responsabilidade do Estado para uma autarquia de caráter gerencial, sujeita à politização e perpetuação da política promíscua de troca de favores entre executivo e legislativo. Neste momento, o PL encontra-se na Comissão de Educação da Câmara Federal, com parecer favorável do Deputado Waldenor Pereira e com vista conjunta dos Deputados Alice Portugal, Fátima Bezerra, Izalci e Pedro Uczai, em 05 de junho de 2013.

Em relação aos PL da Educação em tramitação no Congresso Nacional, o PL nº 518/2009, que altera a Lei nº 10.683/03 – que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências – para incluir dentre os assuntos que constituem áreas de competência do Ministério da Ciência e Tecnologia: a) educação superior; b) pesquisa e extensão universitária; c) magistério do ensino superior; d) avaliação, informação e pesquisa educacional referente à educação superior; elenca as seguintes matérias como competência do Ministério da Educação: a) política nacional de educação básica, compreendendo ensino fundamental e ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação a distância, exceto ensino militar; b) educação infantil; c) educação básica; d) avaliação, informação e pesquisa educacional referentes à educação básica; e) magistério da educação básica; f) assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes; o PL altera também a estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Educação, transferindo para este as competências relativas à educação superior, incluindo todas as secretarias, departamentos, autarquias, fundações públicas e empresas públicas que atuam na educação superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Colégio Pedro II, sendo a única exceção o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O PL estava parado desde 2009, encontrando-se atualmente na Comissão de Educação do Senado aguardando entrada na pauta.

O PL 7.639/2010, que dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria, foi aprovado na Câmara Federal sendo encaminhado para o Senado. Encontra-se atualmente aguardando relatoria.

O PL nº 147 de 2004, que trata da alteração do artigo 56 da LDB, estabelece a criação de um colegiado deliberativo superior das instituições públicas de educação superior, com 2/3 dos assentos ocupados por membros da comunidade acadêmica e 1/3 por representantes da sociedade civil, segundo critérios definidos pelo respectivo sistema; dispõe que em cada um dos demais órgãos colegiados e comissões os docentes ocuparão 70% dos respectivos assentos; dispõe que o reitor, vice-reitor e os diretores das instituições públicas de educação superior serão escolhidos mediante processo eleitoral direto, com a participação de todos os docentes, discentes e técnicos administrativos, nos termos do disposto em seus estatutos e regimentos, foi aprovado na comissão de educação da Câmara Federal em 2 de abril de 2013, sendo encaminhado para o Senado no dia 4 de abril. Em 18 de abril foi encaminhado para a Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania do Senado, onde aguarda designação de relator. O PL modifica as regras, porém sem fazer alterações substanciais, novamente utilizando-se de um discurso democratizante para ocultar a quebra da autonomia das universidades. A posição do ANDES-SN apresentada no Caderno 2 e expressa na luta cotidiana do Sindicato é pela eleição direta para dirigentes, sendo no mínimo paritária a distribuição dos pesos entre as categorias docente e de TA e o segmento dos estudantes.

TR - 6

O 58º CONAD delibera que o ANDES-SN:

1. Denuncie o PNE como política de governo contrária aos interesses da sociedade;
2. Lutar para que o financiamento da educação seja efetivado exclusivamente via Tesouro Nacional;
3. Denuncie as estratégias que rompem com o financiamento da educação como um direito constitucional.
4. Realize em conjunto com as secretarias regionais e seções sindicais os Encontros Preparatórios/Atividades visando ao Encontro Nacional de Educação em 2014.
5. Lutar contra o PL nº 147 de 2004, e pela revogação da lei que regulamenta a eleição nos termos atuais (70-15-15 e lista tríplice).



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

Os servidores públicos federais e os movimentos sociais enfrentam uma luta árdua nos últimos anos contra as medidas autoritárias dos governos que se sucederam. Os ataques aos direitos dos servidores públicos e o descaso do governo em relação às políticas públicas, em especial, às de saúde e de educação, são cada vez mais ostensivos.

Na luta em defesa do Sistema Único de Saúde integralmente público e contra as privatizações nessa área, sindicatos e fóruns populares de saúde, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, criaram a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, movimento que já congrega mais de 400 entidades em todo o país. A partir desta organização, que cresce a cada dia, houve fortalecimento das ações contra a EBSERH, as Organizações Sociais (OS) e as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Nos últimos dois anos, ANDES, FASUBRA, SINASEFE, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde e outros sindicatos e movimentos sociais aprofundaram essa luta, especialmente contra a privatização da saúde via criação da EBSERH.

Apesar de todos os esforços empreendidos, o governo continua avançando, do que são exemplos as ações implementadas para a implantação da EBSERH e o desengavetamento, agora em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar PLC

92/07 autorizando o Poder Público a criar Fundações Estatais de Direito Privado para gerir as políticas públicas. Se aprovado, esse PLC, que abrange as áreas da saúde, assistência social, cultura, desporto, ciência e tecnologia, ensino e pesquisa, meio ambiente, previdência complementar do trabalhador do serviço público, comunicação social, promoção do turismo nacional, formação profissional, cooperação técnica internacional, e também os hospitais universitários públicos, trará consequências prejudiciais à autonomia universitária, à qualidade e liberdade do ensino, pesquisa e extensão.

O governo exerce forte pressão sobre as reitorias e administrações dos hospitais, com o contingenciamento de recursos do Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) e a não abertura de novos concursos públicos, acirrando a luta contra a EBSEH em cada universidade. Contra essa situação, o ANDES, a FASUBRA e o FENASPS se articularam junto à Procuradoria Geral da República, que ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade, à qual as mesmas entidades aderiram como *amicus curiae*.

Como reforço a essa luta, o 32º Congresso ANDES-SN aprovou ações junto aos Ministérios Públicos Estaduais, com vistas ao cumprimento da lei, no que se refere ao uso de recursos e à abertura de concursos públicos para servidores nos hospitais, bem como contra a abertura de concursos pela EBSEH. Essas ações têm apresentado resultados positivos, como em Minas Gerais e Santa Catarina, onde o MP interditou os concursos pela EBSEH para os HU.

No que se refere à aposentadoria, desde a reforma da previdência de 2003, quebrou-se uma cláusula pétrea da Constituição Federal, quando os servidores federais aposentados e pensionistas passaram a contribuir com o sistema previdenciário. Na luta em favor da PEC 555, que extingue essa contribuição dos aposentados, houve um avanço recentemente, com sua aprovação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal. No momento, a tramitação da PEC no plenário da Câmara Federal depende da unanimidade dos integrantes do Colégio de Líderes, onde apenas os líderes do PT e do PMDB não assinaram o requerimento que garante a inclusão da PEC na pauta para discussão e votação.

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (FUNPRESP), prevista para abranger servidores dos três poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário), teve sua implementação iniciada pelo executivo, que criou a FUNPRESP-Exe e está atuando abertamente na perspectiva de cooptação do maior número possível de servidores. Como já foi denunciado publicamente pelo ANDES-SN, o governo federal tenta convencer tanto os antigos servidores federais quanto os novos a aderirem a esse fundo. Na propaganda oficial são omitidos os riscos que esta adesão representa. A modalidade do Regime de Previdência Complementar (RPC) é de contribuição definida, ou seja, cada servidor sabe quanto vai contribuir, mês a mês, durante vinte, trinta anos para o fundo, desconhecendo, porém, qual será o valor da sua aposentadoria. Para quem tem salário menor ou igual ao teto do INSS (atualmente R\$ 4.159,00), a aposentadoria é integral, independentemente do regime a que estiver associado. Para quem recebe acima deste teto e optar pelo RPC, terá ou não, no momento de sua aposentadoria, uma complementação, a depender dos humores do mercado. Nesse sentido, é importante lembrar que as contribuições dos servidores públicos para a sua aposentadoria devem ser resguardadas em um sistema público de previdência, como o RPPS, e não aplicadas no sistema financeiro, para gerar lucros ao capital e insegurança aos trabalhadores.

O servidor público, antes de optar pela Funpresp-exe, deve avaliar com muito cuidado o passo que estará dando, pois esta opção, com toda a insegurança intrínseca à própria constituição da nova entidade, terá reflexo no benefício do servidor e o acompanhará durante toda a sua vida laboral e na aposentadoria, por ser uma opção irrevogável e irrevogável.

TR - 7

O 58º CONAD delibera:

1. Jornada Nacional de lutas contra a FUNPRESP:

1.1 Realizar uma Jornada de Lutas contra a adesão à FUNPRESP, no período de agosto a setembro de 2013, em articulação com os demais SPF, buscando intensificar o debate e a conscientização sobre os riscos de adesão à FUNPRESP;

1.2 Marcar o início da Jornada de Lutas contra a FUNPRESP, nas seções sindicais, para a primeira quinzena de agosto de 2013, utilizando como material de divulgação: cartilha, panfleto explicativo e cartaz;

1.3 Montar estratégias de enfrentamento, com orientação para as seções sindicais, para a luta contra a FUNPRESP junto às administrações das IES;

1.4 Denunciar estratégias de coação dos professores para aderirem à FUNPRESP;

2. Intensificação da luta contra a implementação da EBSEH nas IFE:

2.1 Continuar a conscientizar a comunidade universitária e os usuários dos HU em relação às mudanças que virão com a implantação da EBSEH, no que se refere a: a) Autonomia universitária; b) Qualidade do ensino, pesquisa e extensão; c) Formação de profissionais da área da saúde; d) Contrato de trabalho, estabilidade e direitos trabalhistas dos servidores dos HU; e) Qualidade e gratuidade do atendimento de saúde dos usuários; f) Estratégias para denunciar os descumprimentos da legislação por parte do governo federal no que se refere a repasse de recursos, abertura de concursos públicos e transferência de atribuições do MEC para a EBSEH;

2.2 Indicar, sempre que possível, a presença do movimento docente nas IFE, nos momentos de crise ou onde estiver ocorrendo discussão sobre a adesão da Universidade à EBSEH;

3. Intensificar as ações junto ao Congresso Nacional, em articulação com outras entidades, com o objetivo de impedir a aprovação do PLC 92/2007.

4. Intensificar a luta pela aprovação da PEC 555/2006 junto aos deputados federais, sobretudo, aos líderes partidários.

TEXTO 8

Contribuição da Diretoria da ADUFPI Seção Sindical

A PRÁXIS COMO EXIGÊNCIA DA PRÁXIS

O texto de apoio encontra-se na página 25

TR – 8

O 58º CONAD delibera:

1. Constituir uma Força Tarefa de pessoas interessadas – para além do GTFS -, até setembro de 2013, composto por representantes de toda a nossa rede de associados – IFES-IEES-IMES-IPES - junto ao ANDES, e por ele coordenado, com a finalidade de planejar ações voltadas para desconstruir a alienação produzida pelo sistema capitalista em nossa Base Social.

TEXTO 9

Contribuição do Prof. Althen Teixeira Filho – Sindicalizado da Adufpel Seção Sindical e do Prof. Antônio Libório Philomena – Sindicalizado da Aprofurg Seção Sindical

UMA PROPOSTA DE MOBILIZAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Há muito tempo as questões ambientais no Brasil deixaram de ser assuntos debatidos por ambientalistas para compor, literalmente, colunas de páginas policiais. A bem da verdade, jamais foram políticas estudadas, pensadas e implementadas por governos, mas só juras eleitorais.

Nosso próprio Rio Grande do Sul, auto conceituado como altaneiro, assentado em boas tradições, ético e moral, mais uma vez viu-se abalar por escândalo que envolveu, nada mais, nada menos, a gestão do Estado e da capital Porto Alegre. Notórios, premiados e conhecidos políticos alardeados como "defensores do meio ambiente" e "empresários" foram recolhidos em operação da Polícia Federal.

Informações jornalísticas repassaram que *"o cenário descrito na investigação é (...) marcado pela promiscuidade entre agentes públicos e particulares, pela relativização dos rigores estatais por influência do dinheiro e do franco descaso com a causa ambiental"*.

Dezoito suspeitos foram para a prisão!

De Norte a Sul e de Leste a Oeste, o que se vê são agressões desvairadas que atingem não somente a organização geográfica do orbe, mas desorganizam e destroem o próprio

encadeamento da natureza que sustenta todos os organismos, inclusive o próprio ser humano.

Notícias recentes dão conta que 25% das espécies de mamíferos conhecidas no mundo estão ameaçadas pelo perigo de extinção. O próprio rinoceronte negro africano está considerado extinto. Tais fatos, pertencentes ao agora, responsabilizam aos que hoje vivem, é culpabilidade nossa e mostra claramente o rastro que esta humanidade deixa no orbe.

Os grandes conglomerados negociais, indiferentes frente as consequências dos seus atos e insensíveis com a degradação social que geram, atuam como grandes predadores do próprio ser humano, impiedosos na sua ávida meta de procura pelo lucro.

Entre os biomas brasileiros (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal, Manguezal, Marinho) o Pampa estende-se por 176.496 km², ocupando expressiva área territorial do Rio Grande do Sul.

Em suas fronteiras guarda características que fundamentam e tipificam nosso Estado, nosso povo, nossas tradições mais fundamentais. Contudo, este solo vem sendo destruído em nome do "desenvolvimento" e da "geração de emprego", mentiras aplicadas há longa data e que retornam insistentemente.

No recente ontem foram espetados milhares de hectares pampeanos com lavouras de árvores e foram chamadas, desrespeitando o bom senso e a inteligência de todos, de "florestas" e "reflorestamentos".

Entretanto, sequer passados quatro anos, vemos confirmada e brotada a verdadeira natureza daninha destes paliteiros, os quais geram desemprego, afastamento do homem do campo, no próprio campo, destruição do solo e da biodiversidade, desrespeito legal e, como não podia faltar, o apoio de políticos financiados eleitoralmente pelas empresas plantadoras. Uma incrível "coincidência" que deve ser registrada!

Se atentarmos agora para as lavouras transgênicas, vemos outro manancial de falsas promessas.

Apresentadas para "matar a fome do mundo", na realidade estas plantações florescem para gerar lucro exponencial para as grandes multinacionais do setor agrícola. Ainda, não só atrelam o agricultor a contratos de sigilo, mas o aprisionam a exclusividades que o cerceiam na sua liberdade do que e como plantar.

Na realidade o que mais chama a atenção sobre estes cultivares é o intenso marketing associado a uma defesa ideológica extremada e extremista. "A tecnologia de transgênicos é boa, porque é boa"! E o "pacote ideológico" é volumoso em promessas: menor impacto ambiental, diminuição do uso de agrotóxicos, maior produtividade para grandes e pequenos agricultores, plantas resistentes a secas e a insetos, maior lucro e, como não poderia deixar de ser, tudo adornado com um belíssimo rótulo de seriedade, rigor e cientificismo.

Em entrevista recente oferecida ao "Instituto Humanitas Unisinos", o engenheiro agrônomo e membro da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) Leonardo Melgarejo afirma: *"É verdade que [lavouras tolerantes a herbicidas](#) trazem, inicialmente, facilidades técnicas. Trazem de fato simplificações ao processo de gestão, que são importantes e facilitam o trabalho do agricultor. Assim como é verdade que plantas inseticidas, que matam as lagartas que tentam mastigar suas folhas, durante algum tempo permitem economizar em inseticidas e facilitam o controle de determinados insetos. Mas isso só tem se mostrado válido no curto prazo. No médio prazo, o que tem sido observado é o oposto: há uma necessidade de uso de agrotóxicos*

mais fortes e mais tóxicos, com maior frequência e em maior intensidade, ampliando os custos e reduzindo a rentabilidade das lavouras. Para que se tenha ideia: segundo a imprensa, nesta safra, com o ataque de lagartas que deveriam ser controladas pelas lavoura Bt, o custo de produção da soja, na Bahia, passou de US\$ 100 para US\$ 200 por hectare. No caso do algodão, os gastos passaram de US\$ 400 para US\$ 800 por hectare (Valor Econômico, 12-03-2013). Segundo a imprensa, agricultores que até 2012 usavam 70 ml do inseticida Prêmio, da DuPont (produto mais recomendado e utilizado na região), com expectativa de restringir em 90% a população da Helicoverpa, lagarta que deveria ser morta no contato com plantas Bt, nesta safra, mesmo utilizando 150 ml, obtiveram resultados de apenas 70%. Os prejuízos, na Bahia, são estimados em R\$ 2 bilhões. Os resultados concretos mostram que, de forma geral, é possível afirmar que a transgenia tem oferecido para alguns, durante algum tempo, facilidades de manejo em função da homogeneização de processos decisórios relacionados ao controle de herbicidas e de algumas pragas. Porém, isso tem reflexos muito severos para os demais envolvidos. E mesmo para os que se beneficiam no curto prazo, os resultados de médio e longo prazo não permitem otimismo. Vejamos: a agricultura brasileira se vê diante da ampliação de custos produtivos e percebe uma alteração no tamanho mínimo viável para lavouras tecnificadas de milho, soja e algodão. Com isso, pequenos estabelecimentos se tornam inviáveis, o que resulta em aceleração da exclusão de pequenos produtores. Isso significa que, na prática, a transgenia tem acelerado uma espécie de reforma agrária às avessas no rural brasileiro. A expansão das lavouras transgênicas também acelera a simplificação das matrizes produtivas regionais."

Para além, já se somam às centenas os números de trabalhos criteriosos e independentes da "ciência negocial" e do "cientificismo pago", que ratificam os males orgânicos gerados pela transgenia. Assim, comprovadamente indutoras de divisões celulares alteradas, estes produtos também vão desequilibrar a homeostase de quem dizem alimentar: o "alimento" à mesa já não é mais o sustento saudável.

O que se vê é uma depreciação da agricultura familiar e da produção orgânica e sadia. Entretanto, mesmo este pequeno agricultor deve ser protegido do ataque agronegocial, evitando que sejam vítimas das mesmas promessas infundadas.

Exemplo clássico deste lamentável equívoco é a inclusão no processo de "troca-troca" de sementes transgênicas no RS.

Notemos que este é o mesmo processo que tornou o Brasil o maior consumidor mundial de agrotóxicos, numa quantidade injustificável de 5,5 litros/habitante/ano. A exposição e conseqüente contaminação de pessoas é tão intensa que já foram registrados casos de leite materno com a presença de agrotóxicos: a insidiosidade do veneno não respeita a chamada "segurança do lar".

Por serem oceânicas na sua extensão, as lavouras do agronegócio alteram profundamente a microrregião onde se inserem e causam graves desequilíbrios biológicos, transformando simples insetos, normais e benéficos de uma flora equilibrada, em verdadeiras pragas de destruição. O resultado? A aplicação de potentes venenos, eufemisticamente propagandeados como "insumos agrícolas", ou "agrotóxicos", ou "remédios agrícolas", ou "praguicidas", ou "defensivos agrícolas".

A aplicação por aspersão aérea para o combate de tais "pragas" geradas pela agricultura intensiva vai atingir tanto lavouras de grãos do grande produtor, quanto as hortas de sustento familiar dos pequenos trabalhadores rurais. O lucro de um significa o envenenamento e o enfrentamento de várias dificuldades de outros.

Para que se tenha uma ideia da ineficácia dos herbicidas, as "plantas vítimas" têm desenvolvido resistência a estes produtos, motivo pelo qual a CTNBbio já autorizou a pesquisa para a aplicação do uso do "Agente Laranja". Este famoso desfolhante utilizado na guerra do Vietnam matou milhares de soldados de todos os exércitos e, muito pior, vitimou ainda no ventre outros tantos fetos. Os que nasceram apresentam as monstruosidades de mal formações gênicas.

Por conta disto, é com assombro que se registra que esta arma química de guerra será aplicada em lavouras brasileiras. E a nossa população? E nossos filhos? E a futura geração?

Aliás, duas constatações importantes.

Em primeiro lugar é que estes venenos são isto mesmo: armas químicas de guerras.

Em segundo, são elementos químicos sintéticos, ou seja, não existiam antes na natureza e são produzidos artificialmente em milhões de litros e quilos que envenenam todo o planeta.

Por outro lado, é preciso salientar o grande avanço explorador em direção ao subsolo brasileiro e particularmente o gaúcho.

O acesso ao "site" do Ministério de Minas e Energia mostra os que ontem indicavam no eucalipto a "verdadeira aptidão da metade sul do RS", hoje já reservaram dezenas de quilômetros quadrados de subsolo para a exploração mineral, como é o caso do grupo Votorantim. Perguntar-se-ia aos "experts" sobre este assunto, o que deveria ser feito com as "florestas plantadas", tendo em vista a "quebradeira" das empresas nas jogatinas da ciranda financeira? Ou, onde estão as toneladas de mel que os agricultores produziram? Também, onde está o dinheiro público que o BNDES lhes financiou o empreendimento, ou por que o número de empregos gerados pelos "desertos verdes" é quase nulo, entre tantos outros questionamentos.

Por fim, mas não menos importante, é preciso que nos debrucemos sobre um estudo sério que indique qual é a real necessidade energética do RS, para que não fiquemos à mercê dos "achismos" que tentam justificar a construção de hidroelétrica (lucro fácil para as empreiteiras) ou da energia carbonífera.

Neste curto horizonte vislumbrado, é importante que um segmento dito "pensante" da sociedade, a Universidade, se organize e, além de estudar, possa indicar com fundamentos e lógica os males advindos desta trilha de irresponsabilidades, assim como novos (ou velhos) rumos alternativos de produção.

TR - 9

Desta forma, após o exposto, entende-se como fundamental que:

1. Os GTC&T e o GTPAUA atuem em conjunto, tendo em vista que os problemas do campo, cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissolúvel encadeamento.
2. Estes GTs promovam reuniões periódicas na região sul estabelecendo, num primeiro momento, uma pauta mínima de debates.
3. Este indicativo de trabalho conjunto e de elaboração de uma pauta mínima também seja encaminhado à diretoria do ANDES-SN, agora pensando numa pauta nacional.

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Conforme deliberação do 32º Congresso, foi realizado no dia 29 de maio de 2013, por ocasião do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo poder executivo às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, um *dia nacional em defesa do financiamento e autonomia das Universidades Estaduais e Municipais*. A reunião do setor das IEES/IMES, realizada nos dias 05 e 06 de abril, preparou toda uma política de divulgação no sentido de fortalecer a participação das instituições nos seus diversos estados. Para tanto, foi apresentada uma proposta de trabalho com a participação da encarregatura de imprensa, que apoiou na elaboração do cartaz, panfleto, amplamente divulgados através do site e InformANDES.

No entanto, apesar dos esforços realizados pela direção nacional e as seções sindicais, percebemos que ainda há muito a se fazer para o fortalecimento do Dia Nacional de Luta. Podemos afirmar que o balanço é positivo, tendo em vista que as seções sindicais de vários estados realizaram suas tarefas, dando saltos quantitativos e qualitativos ao movimento. Assim, percebemos o quão urgente é levar adiante a luta em torno dessas temáticas, considerando a situação precária das universidades.

O desenvolvimento de uma ação que reivindique dos governadores, prefeitos e parlamentares uma posição em relação à política de financiamento das universidades é baseado no acúmulo do Sindicato, que já prevê:

As propostas orçamentárias devem ser elaboradas de forma democrática e participativa, a partir das unidades básicas que desenvolvem ensino, pesquisa e extensão, e ser apreciadas, consolidadas e aprovadas por colegiados democraticamente constituídos. Além disso, tais propostas devem atender plenamente às necessidades das IES, definidas de acordo com os respectivos planos acadêmicos e concebidos de forma global, ou seja, de maneira a garantir, em todos os seus aspectos, os recursos necessários ao cumprimento dos planos de trabalhos. [Cadernos Andes, nº 2, p. 29]

Em contraponto à política definida pelo Andes-SN, os governos, os grupos políticos e econômicos subvertem a autonomia universitária aos seus interesses: expandem de forma irresponsável o ensino superior nos diversos estados sem o real compromisso com as questões regionais e nacionais; ampliam as matrículas através da EAD; oferecem cursos aligeirados de graduação e pós-graduação com o único objetivo de atingir as metas ditadas pelos órgãos externos às universidades; submetem professores e estudantes à lógica do mercado privatizando a universidade; definem quais linhas de pesquisa devem ser prioritárias em detrimento das demandas regionais e nacionais urgentes; enfim, trazem para dentro da universidade uma lógica alheia ao fazer acadêmico, reforçando a política dos órgãos internacionais, que preconiza:

- a) o retorno dos investimentos em educação superior é inferior ao que se poderia auferir, caso fossem realizados na educação básica e fundamental;
- b) seguir o preceito constitucional e bandeira do movimento docente no que tange à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, que é muito caro e pouco adequado às necessidades dos países mais pobres;
- c) a defesa de que as instituições de ensino superior devem ser geridas pela lógica da iniciativa privada, acarretando um processo generalizado da intensificação da privatização do sistema, seja pela redução do financiamento público para educação superior, seja pela abertura do campo para a iniciativa de empresas comerciais de ensino, ou ainda, pela introdução de mecanismo de administração e gerenciamento empresariais nas instituições públicas, com busca de recursos junto ao mercado;
- d) indicação para que as IES públicas diversifiquem suas fontes de financiamento, com busca de recursos suplementares junto à iniciativa privada, a cobrança de taxas de matrícula e de mensalidades, com formulação de contratos de pesquisa com empresas, a venda de serviços e consultoria, entre outras, formulando, assim, a educação superior com um bem privado e não como um direito do cidadão. (MANCEBO, 1998)

Ou seja, o que percebemos é a materialização da transformação da universidade, enquanto instituição social, em universidade operacional onde a vida acadêmica, a produção do conhecimento e sua transmissão são reguladas, definidas ou estruturadas por uma lógica produtivista e mercadológica.

A autonomia universitária é para nós, movimento docente, bandeira importante na defesa de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, expressada no caderno 2 do ANDES/SN, como segue:

“A autonomia universitária, indissociável da democracia interna das IES, tem sido ao longo da história do ANDES-SN uma de suas principais bandeiras de luta. As definições do financiamento, da carreira docente, da política de pessoal, do regime jurídico, do processo de escolha de dirigentes, da avaliação, entre outros aspectos, dependem da conceituação de autonomia universitária adotada.

O ANDES-SN considera que, no exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, a universidade deve estar incondicionalmente a serviço do interesse público.

O ANDES-SN opõe-se a que uma lei delimite o alcance da autonomia universitária, visto que o art. 207 da Constituição Federal de 1988 – em suas relações com os demais preceitos constitucionais – é suficiente. O Sindicato tem sempre se insurgido contra a submissão da universidade aos controles do poder e contra o cumprimento de funções meramente reprodutoras das relações sociais vigentes. Sua luta pela autonomia universitária significa: autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos poderes político e econômico; autonomia para contrapor-se à dominação da universidade pelos interesses de grupos econômicos e políticos hegemônicos; autonomia para contrapor-se à lógica produtivista que concebe a escola, o ensino e o saber como mercadorias.

1.7.1 O ANDES-SN entende que a autonomia didático-científica consiste em:

- a) fixar as diretrizes e os meios para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão;*
- b) criar, organizar, modificar e extinguir cursos de graduação, pós-graduação e outros a serem realizados sob sua responsabilidade;*
- c) definir os projetos político-pedagógicos e os currículos de seus cursos, observada a base comum nacional para os cursos de graduação;*
- d) estabelecer o calendário escolar e o regime de trabalho didático de seus diferentes cursos, sem outras limitações;*
- e) instituir critérios e normas de seleção, admissão, promoção e transferência de seus estudantes;*
- f) conferir graus, diplomas, certificados e outros títulos acadêmicos.*

1.7.2 O ANDES-SN considera que a universidade, no exercício da autonomia administrativa, deve:

- a) elaborar seus estatutos e regimentos em processo democrático, definido e concluído no âmbito de cada instituição, em consonância com os pressupostos da gestão democrática;*
- b) escolher seus dirigentes, na forma de seus estatutos e regimentos, em processo democrático definido e concluído no âmbito de cada instituição, em consonância com os pressupostos da gestão democrática;*
- c) dimensionar seu quadro de pessoal docente e técnico-administrativo, de acordo com seu planejamento didático-científico;*
- d) estabelecer a lotação global de seu pessoal docente e técnico-administrativo;*
- e) autorizar docentes e pessoal técnico-administrativo a participar de atividades científicas e culturais no exterior, nos termos do seu regimento.*

1.7.3 O ANDES-SN compreende que a autonomia da gestão financeira e patrimonial consiste em:

- a) administrar, de forma democrática e transparente, os recursos de dotações orçamentárias globais regulares, assegurados pelo poder público, preservada a isonomia de salários;*
- b) administrar, de forma democrática e transparente, os rendimentos próprios e o patrimônio da instituição, incluindo subvenções, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas e deles dispor, na forma do seu estatuto;*
- c) celebrar contratos referentes a obras, compras, alienação, locação ou concessão, obedecendo ao procedimento administrativo de licitação, cabendo aos conselhos superiores definir, em regulamento próprio, as modalidades, os atos integrantes do procedimento e os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;*
- d) elaborar o orçamento total de sua receita e despesa, a partir de suas unidades básicas, e submetê-lo à aprovação dos colegiados superiores competentes, de modo a contemplar plenamente as necessidades definidas nos seus planos globais;*

f) definir, em regulamento próprio, aprovado nos conselhos superiores, normas e procedimentos de elaboração, execução e controle do orçamento, realizando anualmente a prestação pública de contas da dotação e da aplicação de todos os seus recursos.

No que se refere às universidades privadas, o ANDES-SN defende que o exercício pleno da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira se dê em relação às respectivas mantenedoras, nos moldes estabelecidos para as instituições de ensino superior públicas”.

Há que se dar destaque a esses temas, pois não há como pensar em autonomia sem falar em um financiamento compatível com o desenvolvimento das atividades finalísticas da universidade. A constatação das dificuldades em se implementar uma luta por essas bandeiras aponta que devemos realizar na base do Sindicato um maior aprofundamento dos temas, de modo a possibilitar e encaminhar as lutas.

Em março deste ano, logo após o 32º Congresso do ANDES-SN, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) encaminhou a deputados e senadores um documento intitulado “Proposta de participação do Governo Federal no financiamento das universidades Estaduais e Municipais” que contém um projeto de lei reivindicando aporte financeiro da União às IEES/IMES. Em tal documento, elaborado unilateralmente, os reitores afirmam o “enorme sacrifício orçamentário e financeiro a que se submetem os Estados e Municípios brasileiros para oferecer Educação Superior, preenchendo vazios na oferta desta modalidade de educação que é de responsabilidade da União”. Em seguida, o documento diz que “em diversas oportunidades e de há muito tempo vêm sendo discutidas formas de participação da União no financiamento das Universidades Públicas Estaduais e Municipais, porém, de concreto só se tem conseguido recursos para projetos específicos elaborados pelas IES, por convênio ou por ação dos membros do poder legislativo pela consignação de emendas orçamentárias”.

Na proposta, os reitores solicitam que a União destine às Universidades Estaduais e Municipais R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por estudante matriculado, para ser utilizado em manutenção e infraestrutura, a ser corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; além disso, o Poder Executivo fica autorizado a utilizar os recursos oriundos do pagamento da dívida dos respectivos Estados junto à União.

Cabe agora ao Sindicato Nacional detalhar a sua proposta para avançar na luta concreta pela autonomia e orçamento apresentado após discussão dos docentes, visto que o deslocamento da luta por financiamento dos Estados e Municípios para a União, diante das dificuldades em mantermos os embates com os Governos Estaduais e Municipais, poderá acarretar fragmentação, dispersão e fragilização das lutas nos Estados.

TR - 10

O 58º CONAD do ANDES/SN delibera:

- 1.** Acompanhar a tramitação da proposta encaminhada pela ABRUEM que trata sobre a destinação de recursos Federais para as Universidades Estaduais e Municipais.
- 2.** Que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 3.** Realizar, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013, o XI Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, conforme planilha a seguir.

4. Autoriza a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do XI Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013 na cidade de Brasília.

Planilha (em real) de despesas do XI Encontro Nacional das IEES/IMES
27, 28 e 29 de setembro – Brasília/DF

Seção Sindical	Trechos	Despesas Deslocamento	Despesas Hospedagem	Despesas Diárias
Regional Norte 1				
SINDUERR	BVB/BSB/BVB	527,08	334,00	300,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/BSB/BEL	536,70	334,00	300,00
SINDUEAP	MCP/BSB/MCP	640,08	334,00	300,00
Regional Nordeste 1				
Convidado UEMA	SLZ/BSB/SLZ	416,60	334,00	300,00
SINDCENTEC-JN	FOR/BSB/FOR	485,70	334,00	300,00
ADCESP	THE/BSB/THE	364,08	334,00	300,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
ADUPE	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
ADUEPB	REC/BSB/REC	372,70	334,00	300,00
Convidado Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC		334,00	300,00
Regional Nordeste 3				
UNICISAL-AL	SSA/BSB/SSA	352,41	334,00	300,00
Regional - Rio Janeiro				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	346,70	334,00	300,00
Regional Leste				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	291,61	334,00	300,00
Convidado Instituto Est. Anísio Teixeira	BHZ/BSB/BHZ	291,61	334,00	300,00
Regional Planalto				
Convidado UNITINS	PMW/BSB/PMW	244,98	334,00	300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	256,08	334,00	300,00
FECIPAR – TO	Paraíso - TO	244,98	334,00	300,00
FECOLINAS – TO	Colinas - TO	244,98	334,00	300,00
SESDFESG	Goiatuba - GO	244,98	334,00	300,00
Regional Sul				
APRUDESC	FLN/BSB/FLN	520,70	334,00	300,00
Convidado ADESSC	FLN/BSB/FLN	520,70	334,00	300,00
SINDUNISPAR	CWC/BSB/CWB	460,70	334,00	300,00
ADUNICENTRO	CWB/BSB/CWB	460,70	334,00	300,00
Regional R. G. do Sul				
Convidado UERGS	POA/BSB/POA	406,70	334,00	300,00
Total		R\$ 8.976,17	R\$ 8.016,00	R\$ 7.200,00
Total Geral	24.192,17			

HOTEL BSB = ST. PAUL R\$ 167,00 (3 diárias final de semana)

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

A atualização do plano de lutas do setor das IFE para o próximo semestre, parte das reflexões sobre a conjuntura apresentada no último Congresso pela diretoria, quando avaliou, no que se refere aos aspectos da reforma do Estado brasileiro, as suas repercussões para os direitos sociais e trabalhistas (políticas sociais) em torno das quais *“enfrentamos: retração das políticas universais; preponderância do favorecimento do setor privado na ação do Estado; produtivismo como ordenador das carreiras dos diferentes segmentos dos servidores; implantação de modelos diferenciados de gestão (EBSERH/OS/OSCIP e Fundações) com verticalização autoritária de comando; precarização de condições de trabalho; redução dos direitos previdenciários, reordenamento do fazer profissional, novo modelo educacional e novo modelo das relações de trabalho”*. Consideramos que a dinâmica lá apresentada se confirmou até o momento, o que demonstra o acerto da tendência prevista para o período.

O setor assumiu os desdobramentos da luta desenvolvida em 2012, tomando como eixos a luta pela reestruturação da carreira docente, enfrentando as consequências da Lei 12.772/12 e, ao mesmo tempo, a luta para reverter a precarização das condições de trabalho em cada IFE, reconhecendo-as como expressão da política de reestruturação das instituições.

Neste primeiro semestre, atuamos respondendo: a) à nossa ação nacional em conjunto com a luta mais geral dos trabalhadores e dos SPF, com destaque para as ações nacionais como a Marcha do dia 24/04 e a Campanha Salarial Unificada dos SPF, com o protocolo de pauta e busca de negociação com o governo federal, e b) à luta pela reestruturação da carreira e contra a precarização das condições de trabalho, com destaque para a busca pela reabertura de negociação com o executivo e definição de agenda de discussão sobre esses temas que a categoria traduz como reivindicações imediatas, incluindo também outros temas mais gerais na agenda de luta e de discussões com o governo, destacando: 1 – Carreira Docente – concepção e estrutura da proposta apresentada; 2- Passivo de infraestrutura, concurso para docentes e técnicos administrativos; 3 – Expansão das IFES e novas necessidades – Orçamento, vagas e infraestrutura (PL, Decreto de Banco Equivalente e DE); 4 – CEFET, CAP e demais vinculadas; 5 – Autonomia e democracia; 6- Pesquisa e Pós-graduação (CAPES/CNPq); 7- Aposentadoria dos docentes das IFE; 8- Público e privado no ensino superior - papel do governo.

Dando sequência às ações aprovadas no último Congresso, viabilizamos o cumprimento da primeira etapa da sistematização do quadro nacional sobre a precarização das condições de trabalho em uma edição da Revista Dossiê Nacional - Precarização das condições de trabalho I, lançada nacionalmente em ato organizado em frente ao MEC, na tarde do dia 24 de abril, após a Marcha. A revista também foi distribuída a várias entidades nacionais e movimentos sociais. As seções sindicais promoveram o

lançamento em âmbito local durante a Jornada de Lutas, incluindo a divulgação na imprensa.

Na intensificação do trabalho de base, percorremos várias IFE com debates, encontros, atividades de mobilização e concentramos nossa luta específica na *“Jornada de Luta de 20 a 24 de maio por condições de trabalho e reestruturação da carreira, com panfletagens, atos, seminários, paralisação e destaque para: a) realizar audiência pública com a reitoria (reivindicada pela seção sindical) com pauta: “negociações entre reitoria e MEC sobre orçamento e expansão de vagas (graduação e pós-graduação); distribuição de vagas de docentes e técnicos administrativos; cronograma de obras”. Reivindicar, também, posicionamento das reitorias e dos órgãos colegiados das instituições com relação aos Processos de Expansão (abertura de cursos); b) atividade em local emblemático do processo de precarização das condições de trabalho, com divulgação na mídia local criando fato político, dentro da Jornada de Lutas”*.

A última reunião de setor, realizada em 24 e 25 de maio próximo passado, avaliou o quadro nacional e as perspectivas de luta dos docentes das IFE, apontando caminhos e indicando proposições para a plenária da CNESF. Esta plenária ocorreu no dia seguinte e promoveu uma avaliação da campanha 2013 e definiu encaminhamentos.

Aprofundando a discussão e a análise do contexto, à diretoria cabe registrar os aspectos centrais que servem para ordenar a atualização do plano de lutas do setor.

Em primeiro, destacamos que a ação do governo vai ao encontro do eixo de sua política, ou seja, manter o projeto de reestruturação da carreira pela Lei 12.772/12, o que se confirma com as limitações para a abertura de negociação sobre o tema e a edição da MP 614/2013, que apresenta alterações pontuais, mantendo e buscando legitimar, na essência, o seu projeto estratégico.

Ainda que o governo tenha sido forçado a reconhecer que há problemas graves no aspecto das condições de trabalho como uma CONDIÇÃO REAL, concreta, e não como uma ABSTRAÇÃO DO ANDES-SN, conforme a afirmação feita pelo ministro da educação durante a greve, até o momento, sua ação sobre o tema busca deslocar a questão para os limites das administrações universitárias sem enfrentá-la como questão estrutural que tem relação direta com financiamento e gestão, ou seja, componente de determinado projeto educacional.

O governo passou a dar sinais de concordância com a definição de uma agenda para discutir a pauta proposta pelo ANDES-SN, evidentemente que isso demonstra o que afirmamos no pós-greve: as IFE se alteraram após vivenciarem uma experiência de luta intensa na greve de 2012 e isso não pode ser desprezado pelos gestores, sob o ônus, na sua ótica, de enfrentar novo ciclo de mobilização nacionalmente radicalizada em defesa da pauta dos docentes. É claro o seu objetivo de tomar a frente e evitar que a categoria volte às ruas em nova conflagração e se esforça para antecipar-se à ação do Movimento Docente. No entanto, é evidente a gravidade do quadro interno das IFE, o que exige resposta contundente do Movimento e, por outro lado, que o governo assuma a sua responsabilidade na destinação dos meios necessários para o funcionamento adequado das instituições. Note-se o procedimento ambíguo do governo que, ao mesmo tempo, reconhece sua incapacidade de revolver os emergentes das IFE, mas segue criando novas universidades.

É imperioso reconhecer que a determinação desse processo parte da política mais geral do governo, advinda de seus vínculos com atores e fórmulas da política econômica

internacional e nacional, que está mobilizada para responder à crise internacional e sua repercussão no país.

Neste contexto, a postura dos reitores-administradores tem sido de, cada vez mais, se submeterem aos ditames do governo central, com requintes no ataque à democracia e à autonomia universitária. A sanha pela implantação da EBSEH é o exemplo mais categórico deste comportamento. Como parte constitutiva deste cenário há um acelerado processo de verticalização das decisões, que busca reduzir as instâncias internas a meras adaptadoras das diretrizes do MEC, em um precário ritual que tenta caracterizar-se como “espaços democráticos de legitimação”, mas que se resumem a posturas pro forma de cumprimento de ordens.

No que se refere ao Movimento, consideramos que a condição defensiva ainda não foi revertida. A reação cresce, o número de greves é maior, as ações de rua mobilizam importantes contingentes numérica e socialmente, mas ainda não é suficiente para inverter a correlação de forças. Confirma esta caracterização a Marcha do dia 24/04 e a campanha salarial dos SPF, insuficientes para reverter ataques em curso e assegurar negociação para manter e avançar nos direitos dos trabalhadores.

No nosso campo, a Jornada de Lutas dos docentes das IFE revelou fragilidades e desigualdades no processo de mobilização da categoria. Variáveis concorrem para isso: calendários desencontrados; início de semestre; repercussão dos desdobramentos da greve; desinformação e insegurança frente aos elementos trazidos pela MP 614/13; autoritarismos nas IFE; incerteza na luta; limites dos ganhos da greve; intransigência do governo; crise econômica; as condições de sobrecarga do trabalho, dentre outras.

Mas, apesar deste quadro, os sinais de disposição de luta se fazem presentes e nos desafiam a definir os próximos passos.

É preciso dar continuidade à luta em torno da pauta que protocolamos, cuja conquista ainda está para ser definida. Assim, reafirmamos que a pauta definida no 32º Congresso é condição para a mobilização, tanto nos seus propósitos mais gerais (com os trabalhadores e SPF) quanto específicos (luta da categoria).

Seguir atuando na campanha salarial dos SPF e no Espaço de Unidade de Ação é o que nos dará o ambiente para materializar a unidade que fortalecerá nossa reação conjunta.

E, em consonância com isso, assumir como eixo interno a luta pelas pautas específicas a serviço de catapultar, dialeticamente, a luta unitária da categoria.

A atualização das pautas específicas far-se-á a partir de eixos prioritários, a saber: a) Cargos/vagas; b) Condições de trabalho; c) Democracia; d) outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria; fatores de adoecimento docente; campi descentralizados; hospitais universitários; CEFET; CAP, demais escolas vinculadas, dentre outros.

Esta atualização deve ser materializada sob a forma de dossiê com documentos comprobatórios, vídeos feitos para servir de elemento de denúncia e unidade nacional a partir da divulgação e da troca entre as instituições, com audiências e materiais centralizados.

No que se refere à carreira, o eixo é desnudar a desestruturação, as inconsistências e a retirada de direitos contida no padrão que o governo impõe. Trabalharemos as contradições que se escancaram no dia a dia das Instituições Federais de Ensino e as consequências danosas para os distintos segmentos da categoria, inclusive a decomposição do poder aquisitivo dos salários, submetidos a índices inflacionários crescentes. Cada um desses elementos propicia impulso mobilizador, pois, sendo

percebido por um contingente cada vez maior dos docentes, reforça a identidade coletiva, a disposição de vir para a luta e facilita a atuação das lideranças do Movimento local, as direções das seções sindicais.

Por outro lado, a edição do MP 614/13 abre flancos no governo e no Congresso Nacional, para tencionarmos com nossas propostas para a abertura de negociações.

Conexão entre os espaços nacional e locais são a referência metodológica para a construção da mobilização, forçando o governo e as reitorias a negociar. O desafio é enfrentar a precarização diretamente na vida acadêmica onde ela ocorre, com ordenamento nacional para dar unidade e potencializar a luta.

TR - 11

Considerando que o direcionamento e as ações aprovadas no 32º Congresso permanecem pertinentes e em curso, o 58º CONAD delibera agregar para o segundo semestre os seguintes encaminhamentos:

A- NO ÂMBITO DOS SPF

- 1.** Dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação;
- 2.** Fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, retomando a agenda ordinária de reuniões e plenárias, plantões em rodízio entre as entidades, conclamando-as para regularização das contribuições financeiras;
- 3.** Articular previamente, no espaço da CNESF, as proposições para atuação no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, objetivando potencializá-las;
- 4.** Retomar as iniciativas políticas com vistas à organização dos Fóruns Estaduais de Entidades dos SPF;
- 5.** Destacar as lutas pela anulação da reforma da previdência; contra o PLP 92/07, a EBSEH e a revisão do direito ao tempo especial para aposentadoria referente ao trabalho desenvolvido em condições insalubres/perigosas, e a defesa do direito à negociação/contratação coletiva no serviço público à luz da Convenção 151 da OIT, preservado o direito de greve, mantidos todos os demais eixos da pauta conjunta;
- 6.** Encaminhar, em articulação com as demais entidades dos SPF, a produção por todas elas de “Dossiês sobre precarização/repressão no serviço público, com vistas à produção de materiais de denúncia e divulgação;
- 7.** Organizar, no próximo período e em articulação com as demais entidades dos SPF, atividades nacionais e regionais de formação política;
- 8.** Elaborar, em articulação com as demais entidades dos SPF, materiais conjuntos para enfrentamento do FUNPRESP;
- 9.** Propor à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslanchar a campanha no mês de janeiro.

B- LUTA ESPECÍFICA DO SETOR

1. Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes eixos:

1.1 Cargos/vagas: lutar pela ampliação do quadro efetivo em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao “banco de professor equivalente”, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

1.2 Infraestrutura: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, identificação por um lado das insuficiências e por outro das impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras;

1.3 Democracia: enfrentar a agudização dos ataques à autonomia das instituições e arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC e a criminalização/punição do direito de divergir;

1.4 Destacar outras situações que sofram precarização/ataques específicos, tais como: aposentadoria, adoecimento docente, campi descentralizados, hospitais universitários, CEFET, CAP e demais escolas vinculadas;

2. Elaborar dossiês durante a atualização das pautas locais:

2.1 Dar visibilidade aos elementos identificados nos dossiês locais dentro e fora das instituições, em nível local e nacional;

2.2 Encaminhar à secretaria do ANDES-SN o material produzido pelas seções sindicais contendo, além da pauta definida, fotos, vídeos, documentos e outros materiais comprobatórios, notícias publicadas na imprensa local, regional e nos veículos das seções sindicais, sobre os temas;

3. Carreira docente:

3.1 Intensificar as denúncias, como instrumento de mobilização, das consequências das iniciativas do governo para os diferentes segmentos da categoria e para o futuro das instituições;

3.2 Atuar no novo cenário criado pela MP 614/13, estimulando o debate nas instituições, na sociedade e no Congresso Nacional e também pressionando o governo a abrir negociações;

3.3 Produzir documentos que explicitem a repercussão geral para cada segmento que compõe a categoria, a fim de gerar maior identidade e pertencimento à resistência cotidiana e fomento da luta geral, além de documento que atualize a realidade da situação salarial, em termos de valor real, após a Lei e a MP;

4. Outros encaminhamentos:

4.1 Organizar e estimular o debate nas seções sindicais e nos CAP, construindo atividades preparatórias para o 3º Seminário Estado e Educação, que discutirá, entre outros temas, políticas para os Colégios de Aplicação;

4.2 Dar sequência ao conjunto de iniciativas de resistência em curso à EBSEH, ao FUNPRESP e ao PLP 92/07;

C- AGENDA

- **mês de agosto** - atualização das pautas locais e retomada de negociações com as Reitorias;
- **até o dia 23 de agosto** - envio das pautas locais atualizadas/dossiês para a secretaria do ANDES-SN;
- **meses de agosto e setembro** - construir atividades preparatórias ao Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP;
- **dias 31 de agosto e 1º de setembro** - reunião do setor das IFES, em Brasília;
- **meses de agosto e setembro** - atuar junto aos parlamentares, durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta e por abertura de negociações com o poder executivo;
- **mês de setembro** - lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE;
- **mês de setembro** - priorizar os temas “necessidades de cargos/vagas”, “política para os CAP”, “política para os CEFET”, “Hospitais Universitários”;
- **mês de setembro** - participação no seminário Estado e Educação, cuja pauta incluirá o debate sobre política para os CAP;
- **mês de outubro** - lançamento em cada seção sindical da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFE;
- **mês de outubro** - priorizar os temas “infraestrutura” e “campi descentralizados”;
- **mês de novembro** - priorizar os temas “democracia”, “aposentadoria” e “adoecimento docente”.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TEXTO DE APOIO

A expansão das instituições particulares de ensino superior no Brasil, na última década, exige do Andes-SN um esforço no sentido de compreender o universo deste setor e apresentar mecanismos que possibilitem a organização destes profissionais frente às diversas ameaças patronais e que exigem ações específicas.

Da mesma forma, faz-se importante a definição e o cumprimento de marcos regulatórios no sentido de garantir a qualidade destas instituições na formação de cidadãos críticos da sua realidade.

Apesar de os professores das IPES representarem 2/3 do total de professores do ensino superior, responsáveis pela formação de cerca de 73,7% dos alunos matriculados, esta categoria sofre todo tipo de precarização das condições de trabalho, sendo mais vulneráveis às investidas do patronato, que considera a educação uma mercadoria, tratando os professores como mero instrumento de ampliação do capital.

A mercantilização do Ensino Superior privado precariza as condições de trabalho, negando a esses professores um plano de carreira, flexibilizando os regimes de trabalho, com contratos caracterizados pela ausência de direitos trabalhistas e sem estabilidade no emprego. Neste sistema, muitos professores são horistas, pagos apenas pelo tempo em que estão em sala de aula, sem tempo previsto para outras atividades necessárias ao desenvolvimento profissional e educacional. Além do atraso nos pagamentos, é comum lecionarem disciplinas distintas e de outras áreas que não a área de sua formação.

Algumas instituições particulares registram professores como tutores, na carteira de trabalho, retirando o poder do Decreto nº 5.773/2006: *Todo profissional que trabalha diretamente com educação é denominado professor*. O barateamento da mão de obra destes profissionais atribui novo fôlego ao circuito de exploração capitalista. Com a LDB de 1996, os parâmetros de contratação tornaram-se bastante flexíveis, oferecendo ao monopólio do capital estrangeiro uma fonte inesgotável de apropriação de mais-valia, acrescida de péssimas condições de trabalho, com salas superlotadas e o pagamento do “pacote fechado”, além da flexibilização nos regimes de trabalho.

Com a grande quantidade de profissionais inseridos nesta categoria, sindicatos cartoriais competem entre si por este setor, com o objetivo de recolher o imposto sindical, sem qualquer preocupação com a organização destes trabalhadores, o que amplia sua vulnerabilidade num mercado de trabalho de alta rotatividade de profissionais, demissões e seletividade econômica da titulação. Estes são fatos cotidianos na vida destes profissionais.

Além disso, o ensino público superior é gratuito das instituições públicas, não contempla a grande maioria da classe trabalhadora, que não consegue competir, em igualdade de condições, nos vestibulares e processos seletivos. Diante do exposto, grande parte da classe trabalhadora recorre às instituições privadas para a sua formação

universitária e a de seus familiares. Este processo impõe um ônus econômico adicional à grande maioria da classe trabalhadora, independentemente dos programas de bolsas oferecidos pelo governo, como o Prouni e o Fies, que não são suficientes para atender a demanda.

Com exceção de algumas instituições confessionais com tradição no ensino superior, comunitárias e algumas instituições mais qualificadas, a maioria do setor das instituições privadas de ensino superior tem se ampliado pela singular atratividade econômica decorrente de uma imensa demanda por formação superior, não atendida pelas instituições públicas e gratuitas. Diante disso, observa-se a proliferação de instituições que entendem a qualidade de ensino como elemento antagônico aos lucros almejados. Este fato, somado à precariedade da fiscalização dos órgãos públicos (MEC, Ministério do Trabalho, Sisu, Secretarias de Educação) e mesmo a conivência destes com o modelo de desenvolvimento econômico, impõe mais um ônus à classe trabalhadora que se submete a uma formação de péssima qualidade, agravando o quadro de desigualdades de nossa realidade.

A adoção de uma política para o setor das Ipes implica o reconhecimento do setor como uma realidade difícil, mas não intransponível, e estabelece a necessidade do aprofundamento do debate acerca da responsabilidade pública que deve ser exigida dessas instituições, bem como sobre o significado do princípio da gratuidade, explicitado como princípio geral da Política do Andes – SN.

Diante do exposto, a inserção sindical das instituições particulares, através de um registro sindical regular do Andes para esta categoria, nos parece o marco inicial de uma concepção de uma política para este setor.

TR – 12

O 58º Conad do Andes delibera:

- 1.** Dar continuidade à luta política e jurídica para a obtenção do registro sindical do ANDES-SN como representante dos docentes das IPES.
- 2.** Dar continuidade à denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, produzindo materiais específicos para isso.
- 3.** Lutar pelo cumprimento dos marcos regulatórios contra a internacionalização do ensino superior privado no Brasil.
- 4.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do Encontro Nacional das IPES que acontecerá nos dias 15 e 16 de novembro em São Paulo/SP.

Planilha de despesas do Encontro Nacional das IPES 2º semestre de 2013
 Data prevista - 15 e 16 de novembro
 Local – São Paulo-SP

Entidades	Trechos	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Despesa com diária
ADESSC (1)	FLN/SÃO/FLN	363,14	243,00	200,00
ADUCSAL (1)	SSA/SÃO/SSA	443,14	243,00	200,00
ADUNIFOR (1)	FOR/SÃO/FOR	915,00	243,00	200,00
SINDFAFICA (1)	REC/SÃO/REC	916,04	243,00	200,00
Associações de IPES confessionais: MG (1), PR (1), RJ (1)	BHZ/SÃO/BHZ	300,94	243,00	200,00
	CWB/SÃO/CWB	280,94	243,00	200,00
	RIO/SÃO/RIO	302,94	243,00	200,00
Associações de IPES Confessionais/SÃO	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
ADUNIMEP (1)	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
IPES SP:	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Uninove	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Fernão Dias,	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Unicsul	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
FMU	Rodoviário	150,00	243,00	200,00
Total Previsto		R\$ 4.572,14	R\$ 3.402,00	R\$ 2.800,00

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

VII ENCONTRO INTERSETORIAL**TEXTO DE APOIO**

O 32º Congresso do ANDES-SN deliberou que a diretoria promova o VII Encontro Intersetorial do Andes-SN, a ser realizado até 31 de agosto de 2013, precedido de amplo debate sob a coordenação do GTPFS, sobre as demandas e os desafios organizativos do Sindicato, com a participação das seções sindicais, atendendo aos três setores. Devido à proximidade com o 58º CONAD e a necessidade de maior debate, a diretoria indica a mudança de data desse encontro.

TR - 13

O 58º CONAD aprova a alteração da data de realização do VII Encontro Intersetorial do ANDES-SN para o período de 25 a 27 de outubro de 2013, em Brasília, de acordo com a planilha apresentada e autoriza a diretoria a realizar os ajustes necessários na mesma.

REALIZAÇÃO DO VII ENCONTRO INTERSETORIAL DO ANDES-SN

Seção Sindical	Nº Filiaados	Trechos ¹	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I					
SIND-UEA	138	Manaus	537,50	334,00	300,00
SINDUERR		Boa Vista	482,08	334,00	300,00
Regional Norte II			0,00	0,00	0,00
ADUFRA	90	Belém	503,70	334,00	300,00
SINDUFAP	169	Macapá	613,08	334,00	300,00
SINDUEPA		Belém	503,70	334,00	300,00
SINDUFPA-MAR		Marabá	433,88	334,00	300,00
SINDUFOPA		Santarém	616,98	334,00	300,00
SINDIFAP	15	Macapá	613,08	334,00	300,00
Regional NE 1			0,00	0,00	0,00
SINDIUVA	100	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
ADCESP		Teresina	336,08	334,00	300,00
ADUNIFOR	174	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
SINDURCA	162	J. do Norte	648,60	334,00	300,00
SINDCENTEC	30	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
SINDCEFET-PI	31	Teresina	336,08	334,00	300,00
SINDUECE	262	Fortaleza	648,60	334,00	300,00
Regional NE II			0,00	0,00	0,00
ADUFCG-PATOS	76	Patos	506,98	334,00	300,00

ADESA-PE	37	Arco Verde	376,60	334,00	300,00
ADUEPb		J. Pessoa	372,70	334,00	300,00
SINDFAFICA	45	Caruaru	376,60	334,00	300,00
ADUC	47	Cajazeiras	506,98	334,00	300,00
ADUFERSA	220	Mossoró	712,50	334,00	300,00
SINDUNIVASF	50	Petrolina	1.252,26	334,00	300,00
ADUPE	890	Recife	376,60	334,00	300,00
Regional NE III			0,00	0,00	0,00
ADUCSAL	214	Salvador	376,70	334,00	300,00
ADUNICISAL		Salvador	376,70	334,00	300,00
APUR	101	C+ das Almas	376,70	334,00	300,00
Regional Leste			0,00	0,00	0,00
SINDFAFEID	82	Belo Horizonte	322,70	334,00	300,00
ADOM	25	Teófilo Otoni	322,70	334,00	300,00
Regional Planalto			0,00	0,00	0,00
ADCAC	173	Catalão	280,00	334,00	300,00
ADCAJ	25	Jataí	250,00	334,00	300,00
ADUEG	206	Goiânia	308,08	334,00	300,00
SEDFESG		Goiatuba	308,08	334,00	300,00
Regional Pantanal			0,00	0,00	0,00
Adleste	21	T. Lagoas – MS	746,71	334,00	300,00
Regional RJ			0,00	0,00	0,00
SESDUENF	189	Rio de Janeiro	322,70	334,00	300,00
ADUEZO	15	Rio de Janeiro	322,70	334,00	300,00
Regional SP			0,00	0,00	0,00
ADUNIMEP	229	Piracicaba	414,06	334,00	300,00
ADUFABC	106	São Paulo	322,70	334,00	300,00
ADEEP	52	Piracicaba	414,06	334,00	300,00
Regional Sul			0,00	0,00	0,00
ADUNIOESTE	244	Cascavel	667,88	334,00	300,00
ADUNICENTRO	140	Guarapuava	472,70	334,00	300,00
SINDUEPG	233	Ponta Grossa	472,70	334,00	300,00
SINDINESPAR		Curitiba	460,70	334,00	300,00
APRUDESC	211	Florianópolis	540,50	334,00	300,00
S. Sind do ANDES na UFSC	87	Florianópolis	540,50	334,00	300,00
SINDUFFS		Chapecó	1.469,75	334,00	300,00
Regional RGS			0,00	0,00	0,00
S. Sind do ANDES na UFRGS	25	Porto Alegre	386,70	334,00	300,00
SESUNIPAMPA	111	Bagé	386,70	334,00	300,00
Total: 53.361,10			R\$ 23.563,10	R\$ 15.698,00	R\$ 14.100,00

Observação: 1 tarifas voando nos dias 25 e 27 de outubro de 2013

2 tarifas de final de semana no H. Saint Paul R\$ 167,00 + taxas.

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 59º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 59º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 16h do dia 19/7/13, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 14

O 59º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXTO 15

Diretoria do ANDES-SN

APOIO POLÍTICO E MATERIAL À CONSTRUÇÃO DO SINDICATO NA BASE

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN organiza-se a partir dos locais de trabalho, por meio de seções sindicais, e tem por princípio que a sustentação financeira se dê exclusivamente pela contribuição dos sindicalizados, nos termos de seu estatuto. A política de contribuição mensal de 1% da totalidade dos vencimentos ou remuneração de cada sindicalizado, sendo 0,2% para a tesouraria nacional, dos quais as seções sindicais são fiéis depositárias, e 0,8% para as tesourarias das seções sindicais (*Art. 8º; Art. 10, II; Art. 47, III e IV; Art. 67, Art. 68 e Art. 72*), deve dar conta do custeio das atividades sindicais em todos os níveis e ela deve ser entendida como um processo de construção. Trata-se de uma política que visa, nos termos do Art. 44, § 2º (*“A S.SIND ou AD-S.SIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto”*), garantir a autossustentação financeira de cada seção sindical, que seja capaz de assegurar tal autonomia.

A experiência de criação, organização e construção de seções sindicais demonstra existência de muitas dificuldades que requerem, muitas vezes, para além do apoio político, o apoio material, por parte da diretoria do ANDES-SN, para alavancar o processo de estruturação das seções sindicais. As demandas de apoio material têm sido crescentes, quanto mais se busca organizar o sindicato em locais distantes e em instituições em que são recorrentes as práticas de intimidação aos processos de organização sindical e de desrespeito aos direitos dos professores. O 58º CONAD deve

definir um encaminhamento que possibilite ao Sindicato encarar positivamente os processos de organização, ajudando-o a avançar, a se organizar nos locais de trabalho, encarando o apoio material como parte do investimento de construção da autossustentação. É este o sentido do TR abaixo.

TR – 15

O 58º CONAD delibera que:

- 1.** A diretoria do ANDES–SN fica autorizada a disponibilizar recursos do seu Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que estas consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados.
- 2.** Aplica-se esta resolução para o caso de seções sindicais já existentes até a data do 58º CONAD.
- 3.** As seções sindicais que estejam recebendo tais ajudas não estarão dispensadas do repasse regular da parcela da contribuição sindical dos sindicalizados à tesouraria do ANDES-SN, sendo essa uma condição para o recebimento da ajuda definida por esta resolução.
- 4.** Os recursos para este fim ficam limitados em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo período total de um ano, para cada uma das seções sindicais contempladas.
- 5.** As seções sindicais solicitantes deverão apresentar pedido devidamente justificado e plano de uso dos recursos que especifique a destinação e os valores necessários.
- 6.** Para a aprovação das solicitações, a diretoria deverá fundamentar suas análises nas justificativas e especificações de cada plano.
- 7.** A liberação dos recursos poderá ser parcelada em conformidade com as especificações de cada plano, após sua aprovação pela diretoria do ANDES-SN.
- 8.** O comprometimento de despesas de cada seção sindical é de sua responsabilidade exclusiva, durante e após o período de vigência de uso da ajuda financeira aqui aprovada.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

DESIGNAR A SALA DE REUNIÕES DA SEDE DO ANDES-SN COM O NOME DO COMPANHEIRO EDMUNDO FERNANDES DIAS

TEXTO DE APOIO

Logo após a homenagem prestada ao companheiro Edmundo Fernandes Dias, tendo em vista o seu recente falecimento, no início da reunião do Setor das IFES, 24 e 25 de maio de 2013, foi aprovado sugerir para a diretoria que a sala de reuniões do ANDES-SN seja designada com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias.

O companheiro Edmundo teve uma trajetória intelectual marcante e destacou-se pelo compromisso militante em grande parte vivido nos espaços do ANDES-SN.

Para todo o movimento docente e sindical, tornou-se referência humana íntegra e solidária que conseguiu, sempre com peculiar solidez, conjugar competência intelectual e simplicidade, e primar pela firmeza de suas convicções.

Exemplo de militância, Edmundo participou ativamente da criação e construção do ANDES Sindicato Nacional. Deu ainda especial e fundamental contribuição na análise de conjuntura, em diversos momentos de crise vivenciados pela classe trabalhadora, e na formação sindical de inúmeros docentes e trabalhadores de outras categorias.

Em 1979, participou de forma corajosa da primeira greve geral do funcionalismo público paulista sob a Ditadura Militar e, em 1981, participou da mobilização contra a intervenção malufista na Unicamp. Nesse mesmo ano, Dias foi um dos organizadores do I Congresso Nacional dos Docentes Universitários, realizado em Campinas, que resultou na criação da Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, transformada em Sindicato Nacional a partir de 1988.

Enquanto docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, Edmundo trabalhou intensamente na leitura e interpretação da obra de Gramsci. Deixou extensa produção bibliográfica sob a forma de artigos e livros de sociologia e ciência política situados no campo do marxismo, como *O outro Gramsci* (Xamã, 1996) e *Gramsci em Turim* (Xamã, 2001), obras que trazem contribuições fundamentais para a compreensão do pensamento desse intelectual revolucionário italiano.

Mais recentemente, escreveu *Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos, e Revolução Passiva e Modo de Vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*, ambos publicados pela Editora José Luis e Rosa Sundermann. Nessas obras, Edmundo retoma e atualiza aspectos essenciais da teoria marxista da revolução e empreende análises críticas sobre as reconfigurações da hegemonia capitalista nos planos nacional e mundial.

A história de Edmundo se confunde com a do ANDES-SN, sindicato que ajudou a construir e consolidar. Enquanto diretor da entidade, ele ocupou o cargo de suplente na

Regional São Paulo (1982-1984) e depois suplente da vice-presidência da mesma regional entre 1988 e 1990. Foi 3º vice-presidente do Sindicato Nacional na gestão 1992-1994, ocupou duas vezes o cargo de secretário-geral do ANDES-SN (1994-1996 e 2000-2002) e de 3º secretário entre os anos de 2004 e 2006.

Por sua contribuição ao movimento docente, sindical e de luta da classe trabalhadora, Edmundo foi homenageado durante o 30º Congresso Nacional do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 2011 em Uberlândia.

Por tudo isso, a diretoria, reunida entre 6 e 9 de junho, decidiu acolher a indicação feita pelo Setor das IFES e propõe que o 58º CONAD chancela a designação da sala de reuniões do Sindicato com o nome Edmundo Fernandes Dias.

Companheiro Edmundo, SEMPRE PESENTE!

TR - 16

O 58º CONAD aprova:

Designar a sala de reuniões do ANDES-SN, localizada no terceiro andar da sede, no Edifício Cedro II, em Brasília, com o nome do companheiro Edmundo Fernandes Dias.



Diretoria do ANDES-SN

COMISSÃO DA VERDADE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Nas últimas duas décadas os movimentos civis e populares de alguns países da América Latina e do Brasil têm travado uma luta pelo fim da impunidade de que gozam os agentes das ditaduras, que, ao agirem na defesa daqueles regimes, usaram de sua autoridade e do aparelho coercitivo do Estado para torturar, assassinar, desaparecer com militantes políticos, democratas, estudantes e cidadãos suspeitos e acusados pelos regimes ditatoriais de se articularem politicamente contra o regime vigente. Tão importante quanto punir os executores dos crimes, se faz necessário também acabar com a impunidade que protege os mandantes, bem como os superiores que toleraram ou acobertaram tais práticas.

No Brasil, a luta tem se concentrado na criação de **Comissões da Verdade**, que buscam levantar dados que contribuam para a memória relacionada aos atos persecutórios, de delação e criminalização, sobretudo nos anos da ditadura militar. No tocante aos fatos acontecidos durante os *anos de chumbo*, no interior das IES, se faz necessário desencadear o mesmo processo, em respeito à memória de professores, técnicos e estudantes que sofreram com as ações repressivas do regime militar.

A iniciativa do ANDES-SN em criar a sua Comissão da Verdade se faz necessária, pois a Comissão Nacional da Verdade criada pelo governo federal, em 2010, apresenta sérias limitações, como, por exemplo, o seu objetivo de apenas examinar as violações dos direitos humanos durante o regime militar, quando, no fundo, o que esperamos é a apuração dos atos dos agentes públicos que agiram a serviço do regime ditatorial.

Assim, o ANDES-SN, ao criar a sua comissão, se junta aos movimentos civis e comissões da verdade independentes do Estado.

Dada a importância dessa comissão, a diretoria considera que é necessária uma preparação maior para o seu bom funcionamento. Nesse sentido, como prioridade para a efetivação desse importante trabalho político, a diretoria indica o mês de agosto, do corrente ano, para a implementação da Comissão da Verdade do ANDES-SN.

TR - 17

O 58º CONAD delibera que:

1. A Comissão da Verdade do ANDES-SN terá a seguinte composição: 3 (três) membros efetivos, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD; e 3 (três) suplentes, sendo 1 (um) da diretoria e dois eleitos no 58º CONAD.
2. A Comissão da Verdade do ANDES-SN realizará reunião em agosto próximo, em conjunto com o GTHMD, para definir plano de trabalho, funcionamento e atividades a serem desenvolvidas.
3. Autorizar a diretoria a aprovar o plano de trabalho e disponibilizar recursos financeiros para a realização dos trabalhos da comissão, dentro da disponibilidade financeira do Sindicato.
4. A Comissão da Verdade do ANDES-SN deverá apresentar relatórios de suas atividades no 33º Congresso do ANDES-SN para avaliação.

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012

TEXTO DE APOIO

O ano de 2012 caracterizou-se como sendo um período de intensa atividade e de grandes mobilizações, envolvendo praticamente todas as entidades de servidores públicos, estudantes e movimentos sociais, com marchas em Brasília e nos estados, greves nos setores das federais e das estaduais. O ANDES-SN teve papel preponderante nessas lutas, com intensa participação de sua base e da diretoria nacional, além de contribuir financeiramente com apoio às suas seções sindicais e aos movimentos sociais e estudantis.

Isso resultou que o total de despesas, em 2012, foi de R\$ 8.573.331,22 significando um acréscimo de R\$ 661.631,73 (8,36%) em relação ao exercício anterior, que foi de R\$ 7.911.699,49.

As tabelas apresentadas abaixo detalham as despesas realizadas, a previsão orçamentária para 2012 e os demais demonstrativos contábeis.

TR - 18

O 58º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2012

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receita	Previsão 2012	Execução 2012
Receita Total	7.505.000,00	7.288.147,14
Receita de Contribuições	7.027.000,00	7.089.958,07
Receita de aplicações financeiras	293.300,00	83.388,90
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	184.700,00	114.800,17
Despesas	Previsão 2012	Execução 2012
Pessoal e Encargos	1.340.000,00	1.950.060,97
Diárias de Diretores	350.000,00	374.524,00
Material de Consumo	165.000,00	133.599,92
Assessoria Jurídica Pessoa Física	35.000,00	34.422,61
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – Regionais	385.500,00	351.820,26
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – AJN	371.500,00	385.500,00
Assessoria Contábil	90.000,00	77.657,90
Transportadoras e Fretes	180.000,00	454.210,90
Conduções e Passagens Urbanas	75.000,00	107.071,99
Passagens Aéreas e Terrestres	810.000,00	954.250,83
Hospedagem	290.000,00	522.057,89
Telefone	160.000,00	126.356,46
Energia Elétrica	45.000,00	46.230,78
Água e Esgoto	8.000,00	807,01
Alimentação	6.000,00	73.323,07
Aluguel de Bens Imóveis	155.000,00	231.951,19
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	95.000,00	93.221,29
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.000,00	25.213,15
Custas e Emolumentos	20.000,00	24.300,51
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	70.000,00	63.572,00
Locação de Equipamentos e Veículos	11.000,00	5.268,86
Assinaturas e Periódicos	2.500,00	1.888,52
Reembolso de Kilometragem	22.000,00	20.103,52
Estacionamentos / Pedágios	4.500,00	4.157,80
Revista - Universidade & Sociedade	80.000,00	115.135,50
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	150.000,00	327.650,00
INSS s/Serviços	25.000,00	25.390,84
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	65.000,00	23.318,67
Despesas Financeiras	40.000,00	30.331,33
Repasse p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	343.678,69	457.158,16
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	18.000,00	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	18.000,00	24.000,00
Despesas com Regionais	850.000,00	901.128,10
Despesas Diversas	86.000,00	583.647,19
Total de despesas	R\$ 6.378.678,69	R\$ 8.573.331,22

Demonstrativos de Despesas Diversas

(-) Diárias – Funcionários	6.615,00
(-) Diárias - Colaboradores/Convidados	38.360,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Móveis – PF	165,00
(-) Limpeza e conservação – PF	666,66
(-) Serviços Fotográficos – PF	10.017,07
(-) Serviços de Terceiros – Fundos	316,56
(-) Tradução/Revisão/Ilustração de Textos – PF	12.253,90
(-) Outros Serviços – PF	27.173,16
(-) Internet	36.052,26
(-) Fotocópias/Encadernações	1.311,06
(-) Assinatura de TV a Cabo	3.541,88
(-) Serviços Fotográficos – PJ	2.797,00
(-) Anúncios e Publicações	5.065,55
(-) Serviços Técnico Profissionais – PJ	189.633,11
(-) Seguros em Geral	561,63
(-) Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11
(-) Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00
(-) Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00
(-) IRRF s/Apl. Financeiras	19.982,80
(-) Impostos e Taxas Diversas	953,00
(-) Outras Contribuições/Doações	80.512,23
(-) <i>Outras Despesas</i>	1.096,40
(-) <i>Correios</i>	114.057,57
	568.979,95

Demonstrativo de Despesas - Mensal Jan a Dez 2012

DESCRIÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	184.978,57	129.749,70	165.692,08	114.838,70	169.755,05	139.076,14	904.090,24
<i>Diárias - Diretores</i>	39.810,00	31.408,00	29.595,00	24.861,00	30.750,00	57.000,00	213.424,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	6.315,00	0,00	200,00	1.000,00	100,00	5.400,00	13.015,00
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	2.710,00	1.000,00	5.000,00	3.200,00	7.693,00	2.357,00	21.960,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	3.241,15	11.275,00	24.348,48	7.900,52	28.767,22	22.347,54	97.879,91
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,30
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	416,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	416,66
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	0,00	53,32	0,00	0,00	0,00	53,32
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.360,89	3.278,08	1.881,85	2.474,71	2.439,77	2.203,72	13.639,02
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	421,43	5.875,78	0,00	0,00	0,00	619,22	6.916,43
<i>Outros Serviços - PF</i>	723,34	2.789,50	2.641,69	6.198,27	0,00	2.379,88	14.732,68
<i>Assessoria Jurídica - PJ</i>	48.383,39	44.064,73	41.042,72	93.383,38	46.383,38	45.845,30	319.102,90
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	34.051,68
<i>Transportes e Fretes</i>	29.417,00	25.779,00	18.140,00	69.644,00	49.601,70	40.867,00	233.448,70
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	2.895,24	8.192,03	11.981,31	8.458,47	12.587,44	7.583,14	51.697,63
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	8.411,42	45.637,18	98.108,46	107.647,29	76.382,67	130.226,26	466.413,28
<i>Hospedagem</i>	639,00	99.968,13	19.121,99	25.190,03	99.929,54	33.202,07	278.050,76
<i>Telefone</i>	5.408,21	11.649,38	14.473,77	9.406,15	11.733,92	11.555,37	64.226,80
<i>Energia Elétrica</i>	2.973,30	3.098,08	4.395,48	4.516,25	4.188,93	4.294,51	23.466,55
<i>Água e Esgoto</i>	121,72	0,00	124,55	64,24	60,86	60,86	432,23
<i>Alimentação</i>	448,12	89.364,20	265,30	0,00	73,80	4.378,00	94.529,42
<i>Aluguel de Imóveis</i>	10.701,20	72.590,77	11.515,98	15.520,29	13.395,85	12.403,75	136.127,84
<i>Condomínio</i>	2.191,66	7.783,18	8.213,93	7.820,77	8.011,91	14.104,96	48.126,41
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	992,00	1.857,80	1.449,80	2.782,00	5.702,00	4.729,98	17.513,58
<i>Serviços Gráficos</i>	9.110,00	20.510,00	8.792,00	0,00	930,00	14.980,00	54.322,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	801,80	0,00	152,80	140,98	422,94	0,00	1.518,52
<i>Internet</i>	332,59	1.939,85	3.486,38	1.909,82	1.909,82	3.464,16	13.042,62
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	60,00	84,70	435,05	29,70	173,52	181,60	964,57

<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	283,08	282,59	279,06	279,06	286,96	300,08	1.710,83
<i>Correios</i>	1.176,15	13.524,73	3.731,42	9.206,59	14.051,49	3.727,65	45.418,03
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	855,00	2.858,58	1.325,10	1.240,50	2.052,90	2.280,48	10.612,56
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	170,10	375,30	413,30	284,30	295,40	303,60	1.842,00
<i>Serviços Fotográficos – PJ</i>	0,00	2.500,00	0,00	0,00	57,00	0,00	2.557,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	0,00	455,55	0,00	1.710,00	980,00	3.145,55
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	11.140,00	28.600,00	0,00	0,00	0,00	47.650,00	87.390,00
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	6.000,00	93.160,00	380,00	15.000,00	0,00	69.600,00	184.140,00
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	319,10	600,00	162,00	1.081,10
<i>Jornal Informandes</i>	21.990,00	29.200,00	24.420,00	31.000,00	7.240,00	58.400,00	172.250,00
<i>Seguros em Geral</i>	0,00	0,00	0,00	60,20	0,00	0,00	60,20
<i>Locação de Máquinas e Equipamentos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	108,11	108,11
<i>Locação de Veículos</i>	390,00	-	687,06	100,00	12.760,00	1.810,00	15.747,06
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.372,88	2.352,50	1.813,12	5.444,34	1.519,18	334,65	14.836,67
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	11.880,00	0,00	11.880,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>IPTU/TLP</i>	819,18	1.623,16	243,72	243,72	13.481,09	852,36	17.263,23
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	475,26	955,56	243,95	893,06	11.444,94	1.449,15	15.461,92
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	213,00	0,00	213,00
<i>Despesas Financeiras</i>	2.342,53	4.131,53	878,65	1.192,27	3.656,45	1.192,38	13.393,81
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	19.725,76	2.681,55	22.407,31	12.544,43	12.544,43	15.225,98	85.129,46
<i>Contrib. p/DIAP</i>	259,00	0,00	259,00	259,00	777,00	518,00	2.072,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	4.644,76	6.106,68	6.668,20	6.973,95	5.482,27	0,00	29.875,86
<i>Contrib. p/FNDC</i>	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00	0,00	420,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	14.099,50	0,00	14.099,50	14.099,50	14.099,50	46.998,34	103.396,34
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	25.790,00	5.450,00	8.050,00	13.823,88	3.550,00	13.319,00	69.982,88
<i>Despesas c/Regionais</i>	52.539,55	44.410,38	71.762,84	112.446,28	108.549,11	205.452,19	595.160,35
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas	537.690,27	864.651,48	637.983,55	740.940,58	805.787,87	1.038.633,26	4.625.687,01

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas c/Pessoal e Encargos</i>	172.881,34	152.771,90	154.846,84	155.733,68	161.282,62	248.454,35	1.045.970,73
<i>Diárias - Diretores</i>	36.950,00	33.400,00	16.400,00	30.250,00	35.600,00	8.500,00	161.100,00
<i>Diárias - Funcionários</i>	0,00	0,00	0,00	200,00	1.000,00	(7.600,00)	(6.400,00)
<i>Diárias - Colaboradores/Convidados</i>	100,00	0,00	5.200,00	1.600,00	7.900,00	1.600,00	16.400,00
<i>Despesas c/Material de Consumo</i>	17.911,63	20.839,77	8.352,10	3.853,72	14.238,42	(29.475,63)	35.720,01
<i>Assessoria Jurídica - PF</i>	2.868,56	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	17.211,31
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Limpeza e conservação - PF</i>	666,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	666,66
<i>Serviços Fotográficos - PF</i>	900,00	8.700,41	0,00	0,00	0,00	0,00	9.600,41
<i>Serviços de Terceiros - Fundos</i>	0,00	118,47	144,77	0,00	0,00	0,00	263,24
<i>INSS s/Serviços - PF</i>	1.229,56	3.754,85	.641,93	1.624,97	1.745,19	1.755,32	11.751,82
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos - PF</i>	1.250,57	350,00	0,00	1.142,86	1.469,04	1.125,00	5.337,47
<i>Outros Serviços - PF</i>	370,24	2.910,86	220,24	0,00	0,00	8.939,14	12.440,48
<i>Assessoria Jurídica - PJ</i>	45.125,46	50.496,39	62.122,51	64.480,72	94.034,76	101.957,52	418.217,36
<i>Assessoria Contábil - PJ</i>	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	6.229,46	12.458,92	43.606,22
<i>Transportes e Fretes</i>	68.010,00	74,00	35.216,00	38.190,00	36.957,20	42.315,00	220.762,20
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	10.170,59	12.348,47	8.225,45	6.523,87	9.185,91	8.920,07	55.374,36
<i>Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	87.224,65	94.970,46	22.703,41	88.848,17	129.471,78	64.619,08	487.837,55
<i>Hospedagem</i>	19.339,73	42.366,51	60.370,78	29.672,30	24.977,33	67.280,48	244.007,13
<i>Energia Elétrica</i>	805,01	9.168,02	2.792,20	2.798,41	3.880,23	3.320,36	22.764,23
<i>Água e Esgoto</i>	60,86	60,86	61,06	64,00	64,00	64,00	374,78
<i>Alimentação</i>	0,00	11.173,65	(14.715,00)	0,00	718,00	(18.383,00)	(21.206,35)
<i>Aluguel de Imóveis</i>	12.675,61	13.038,68	12.466,90	13.166,90	12.119,90	32.355,36	95.823,35
<i>Condomínio</i>	2.411,64	7.450,94	9.194,29	9.524,50	8.169,73	8.343,78	45.094,88
<i>Manut. e Reparo de Bens Móveis</i>	1.298,25	901,62	1.176,08	1.200,08	1.198,88	1.924,66	7.699,57
<i>Serviços Gráficos</i>	5.500,00	0,00	4.100,00	90,00	4.500,00	(4.940,00)	9.250,00
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	738,10	0,00	(368,10)	0,00	0,00	370,00
<i>Internet</i>	1.348,54	8.157,43	536,48	2.875,08	2.878,09	7.214,02	23.009,64
<i>Fotocópias/Encadernações</i>	211,44	0,00	34,20	51,00	0,00	49,85	346,49
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	300,08	300,08	305,08	309,96	275,04	340,81	1.831,05
<i>Correios</i>	63.213,24	876,12	1.188,08	747,42	1.438,87	1.175,81	68.639,54
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	2.260,37	2.000,49	1.211,16	630,90	2.330,00	1.058,04	9.490,96

DESCRIÇÃO	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	379,20	405,20	918,10	492,60	876,80	(756,10)	2.315,80
<i>Serviços Fotográficos - PJ</i>	0,00	240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240,00
<i>Anúncios e Publicações</i>	1.440,00	(960,00)	0,00	0,00	1.440,00	0,00	1.920,00
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.745,50	27.745,50
<i>Serviços Técnico Profissionais - PJ</i>	1.443,11	0,00	290,00	260,00	3.500,00	0,00	5.493,11
<i>Outras Despesas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,30	15,30
<i>Jornal Informandes</i>	29.920,00	0,00	29.480,00	30.920,00	30.920,00	34.160,00	155.400,00
<i>Seguros em Geral</i>	227,60	0,00	0,00	0,00	0,00	273,83	501,43
<i>Locação de Veículos</i>	1.581,40	0,00	0,00	180,40	0,00	(12.240,00)	(10.478,20)
<i>Custas e Emolumentos</i>	3.300,17	18,83	1.117,67	4.034,85	659,18	333,14	9.463,84
<i>Seminários, Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	4.160,00	0,00	4.160,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.700,00
<i>IPTU/TLP</i>	131,40	243,72	243,72	4.993,22	243,72	199,66	6.055,44
<i>IRRF s/Apl. Financeiras</i>	1.736,06	1.037,96	442,54	274,49	983,69	46,14	4.520,88
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	140,00	0,00	0,00	600,00	740,00
<i>Despesas Financeiras</i>	7.219,44	1.637,06	836,95	5.559,22	928,28	756,57	16.937,52
<i>Contrib. p/DIEESE</i>	10.345,56	14.121,79	13.639,11	14.604,47	14.121,79	14.121,79	80.954,51
<i>Contrib. p/DIAP</i>	0,00	518,00	0,00	259,00	259,00	259,00	1.295,00
<i>Contrib. p/CNESF</i>	5.580,50	5.580,50	0,00	11.611,66	5.931,48	6.691,00	35.395,14
<i>Contrib. p/FNDC</i>	105,00	105,00	105,00	105,00	105,00	0,00	525,00
<i>Contrib. p/CONLUTAS</i>	0,00	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.906,17	23.691,17	118.094,85
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	34.916,63	435,55	(11.451,58)	3.550,00	3.550,00	27.528,75	58.529,35
<i>Despesas c/Regionais</i>	18.427,63	69.629,40	53.167,02	56.925,97	53.135,47	54.682,26	305.967,75
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	0,75	573,81	0,00	14.092,68	14.667,24
Total das Despesas	687.315,92	617.860,31	522.167,77	632.359,66	717.197,10	770.743,45	3.947.644,21

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2012
(Em Reais)
CNPJ 00.676.296/0001-65**

	Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit/ Déficit	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00	6.183.036,92	6.183.036,92
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	218.554,80	218.554,80
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REVERSÕES DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
REALIZAÇÃO AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPÉRAVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	(1.285.184,08)	(1.285.184,08)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00	5.116.407,64	5.116.407,64

MARINALVA SILVA OLIVEIRA FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR IÊDA MENDES CORRÊA

Presidente
CPF: 236.646.492-49

1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

Contadora
CRC/DF 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

ATIVO

	2012	2011
	R\$	R\$
ATIVO CIRCULANTE		
DISPONIBILIDADES	3.457.483,69	4.616.759,46
<i>Caixa Geral</i>	<i>1.045,62</i>	<i>65,23</i>
<i>Caixa - ANDES</i>	<i>386,38</i>	<i>3,49</i>
<i>Caixa - FNM</i>	<i>433,97</i>	<i>5,90</i>
<i>Caixa - CNESF</i>	<i>225,17</i>	<i>55,84</i>
<i>Caixa - FNG</i>	<i>0,10</i>	<i>0,00</i>
Bancos c/Movimento	610.533,49	190.405,72
<i>BB - c/c 403.726-x (ANDES)</i>	<i>489.712,27</i>	<i>89.601,82</i>
<i>BB - c/c 437.515-7 (FNM)</i>	<i>5.450,37</i>	<i>11.221,94</i>
<i>BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	<i>6.116,20</i>	<i>74.758,91</i>
<i>BB - c/c 437.525-4 (CNESF)</i>	<i>12.889,17</i>	<i>5.716,66</i>
<i>BB - c/c 5.551-4 (Publicações)</i>	<i>388,40</i>	<i>641,70</i>

<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	7.788,49	8.075,78
<i>CEF - c/c 51.567-2 (Contribuição Sindical)</i>	87.692,99	388,91
<i>BB - c/c 437.545-9 (FNG)</i>	495,60	0,00
<i>Bancos c/Depósitos Bloqueados</i>	202,25	916,96
<i>BB - c/c 437.515-7 (FNM)</i>	178,25	398,20
<i>BB - c/c 437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	24,00	310,82
<i>BB - c/c 437.864-4 (Eventos)</i>	0,00	207,94
<i>Bancos c/Aplicações Financeiras</i>	2.845.702,33	4.425.371,55
<i>BB - c/403.726-x (ANDES)</i>	66.521,50	1.640.368,20
<i>BB - c/437.515-7 (FNM)</i>	980.802,85	1.043.606,25
<i>BB - c/437.735-4 (FDO. SOLIDARIEDADE)</i>	1.277.244,23	1.396.001,45
<i>BB - c/437.525-4 (CNESEF)</i>	315.852,43	255.045,74
<i>BB - c/437.864-4 (Eventos)</i>	147.216,56	90.349,91
<i>BB - c/437.545-9 (FNG)</i>	58.064,76	0,00
<i>CRÉDITOS</i>	1.056.303,33	1.079.198,02
<i>Devedores por Empréstimos</i>	83.280,44	103.408,13
CNESEF	29.013,64	12.739,85
Fundo de solidariedade	0,00	28.824,32
FNM	0,00	12.843,96
APUFSC	19.000,00	19.000,00
ADUNEB	0,00	10.000,00
SESDUEM	20.000,00	20.000,00
SINDUFAP	5.266,80	0,00
SESEF-Sind.Emp.Est.Serv.Saude de	10.000,00	0,00
<i>Devedores da Entidade</i>	354.784,11	302.981,33
SSind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
SSind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
SSind. Rateio 23º Congresso	14.546,39	14.546,39
SSind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
SSind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85
SSind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
SSind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	12.855,39	12.855,39
SSind. Rateio 50º CONAD	9.156,94	9.156,94
SSind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
SSind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
SSind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
SSind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
SSind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
SSind. Rateio 52º CONAD	5.742,90	5.742,90
SSind. Rateio 28º Congresso-RS	53.281,84	53.281,84
SSind. Rateio 54º CONAD	19.121,34	19.121,34
SSind. Rateio 29º Congresso	17.578,71	17.578,71
SSind. Rateio 55º CONAD	13.247,37	13.676,67
SSind. Rateio 56º CONAD-PR	6.521,89	13.513,79
SSind. Rateio 30º Congresso-MG	22.121,87	22.121,87
SSind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	25.828,29	0,00
SSind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	26.994,14	0,00

Devedores Diversos	46.564,83	40.163,28
Créditos Diversos	229.012,08	247.060,09
Despesas a Regularizar	210.291,67	203.168,30
Secretaria da Receita Federal	7.121,16	6.664,39
Cheques em caução	3.473,85	3.473,85
INSS a Recuperar	0,00	25.628,15
Secretaria de Fazenda e Planejamento	450,17	450,17
Cheques devolvidos	4.975,28	4.975,28
FGTS a Recuperar	2.699,95	2.699,95
Adiantamento a Funcionários	37.612,51	16.036,45
Adiantamento de Salários	3.450,00	6.498,43
Adiantamento de Férias	34.162,51	9.538,02
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Fornecedores	97.637,50	174.081,50
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	0,00	585,26
Zildo Gallo	0,00	137,03
Paulo Martins	0,00	448,23
Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	0,00	2.816,23
Renato Dagnino	0,00	1.608,60
Marcos Vinicius B. Silva	0,00	565,13
Mary Stella	0,00	642,50
Adiantamento a Regionais	253.976,69	232.229,03
Regional Sul	12.332,25	1.006,30
Regional RJ	15.829,78	11.519,72
Regional NE I	12.521,11	10.238,78
Regional NE II	28.382,71	15.922,92
Regional NE III	9.842,89	10.464,16
Regional SP	25.903,26	10.502,74
Regional Leste	8.340,52	46.925,44
Regional Norte I	14.718,92	14.733,50
Regional Norte II	11.889,55	4.106,99
Regional Planalto	7.722,40	15.750,95
Regional Pantanal	85.172,59	57.793,22
Regional RS	21.320,71	33.264,31
Total do Ativo Circulante	4.513.787,02	5.695.957,48
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
<i>Edificações</i>	2.280.000,00	2.280.000,00
<i>Benfeitoria 3º Andar</i>	198.565,73	198.565,73
<i>Benfeitoria 5º Andar</i>	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.252.850,25	1.183.279,13
<i>Móveis e Utensílios em Geral</i>	315.182,46	316.500,46
<i>Biblioteca</i>	555,00	555,00
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	471.979,72	467.225,72

<i>Equipamentos de Informática</i>	445.615,07	380.579,95
<i>Equipamentos de Comunicação</i>	19.518,00	18.418,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
<i>(-) Dep. Móveis e Utensílios</i>	(20.191,19)	(20.191,19)
<i>(-) Dep. Máquinas e Equipamentos</i>	(47.558,40)	(47.558,40)
<i>(-) Dep. Equipamentos de Informática</i>	(5.217,69)	(5.217,69)
<i>(-) Dep. Edificações</i>	(14.079,52)	(14.079,52)
<i>(-) Dep. Benfeitoria</i>	(6.272,17)	(6.272,17)
<i>(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF</i>	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.069.161,59	3.999.590,47
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-) Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.084.797,10	4.015.225,98
TOTAL DO ATIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2012**

PASSIVO

	2012	2011
	R\$	R\$
PASSIVO CIRCULANTE		
EXIGIBILIDADES	824.399,38	741.024,83
<i>Fornecedores</i>	<i>27.815,19</i>	<i>10.191,03</i>
Fornecedores Diversos	27.815,19	10.191,03
Obrigações Sociais e Trabalhistas	110.605,66	93.369,56
Salários a Pagar	0,00	4.501,70
INSS a Recolher	100.108,36	79.467,05
FGTS a Recolher	10.497,30	9.400,81
Obrigações Fiscais e Tributárias	20.818,52	32.389,71
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	12.157,25	4.005,91
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	123,48	5.290,45
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.010,53	4.885,28
PIS s/Folha a Recolher (8301)	1.729,60	818,73
ISS a Recolher	4.024,70	5.549,82

Contribuição Sindical a Recolher	0,00	61,65
Mensalidade Sindical/SESC a Recolher	0,00	1.515,26
PIS, COFINS e CSLL a Recolher (5952)	1.636,86	10.233,56
ISS a Recolher PJ	0,00	29,05
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	136,10	0,00
Credores da Entidade	28.932,20	22.963,53
Credores Diversos	28.932,20	22.963,53
Valores a Compensar	0,00	4.507,38
Cheques a Compensar	0,00	900,00
Cheques a Compensar - CEF	0,00	3.607,38
Depósitos de Diversas Origens	81.425,39	55.163,66
Depósitos não Identificados	81.425,39	55.163,66
Credores por Empréstimo	554.802,42	522.439,96
Fundo de Solidariedade	528.074,36	1.087,65
FNM	10.263,00	372.826,12
FNG	16.465,06	148.526,19
Fundos p/Financiamento de Campanha	2.657.777,10	2.787.121,71
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	986.865,44	1.055.232,29
Contribuições Recebidas	2.174.820,22	2.019.558,39
Rendimentos s/Apl. Financeiras	757.675,66	669.065,17
Depósitos a Identificar	5.929,10	5.929,10
Empréstimos Recebidos - ANDES	0,00	12.843,96
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	660,50	0,00
Empréstimos Recebidos - FNG	10.497,50	0,00
(-) Despesas c/Diárias	(275.818,90)	(210.458,90)
(-) Despesas c/Passagens	(566.145,70)	(421.716,14)
(-) Despesas c/Hospedagem	(175.862,10)	(149.629,91)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(133.493,84)	(79.962,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(27.067,70)	(24.902,29)
(-) Despesas Gerais	(33.212,06)	(33.212,06)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(109.109,16)	(95.216,66)
(-) Despesas c/Impostos	(1.425,10)	(1.004,92)
(-) Acordos Concedidos	(9,01)	(9,01)
(-) Despesas a Regularizar	(142.644,93)	(85.844,93)
(-) Despesas c/Combustíveis	(173,00)	(173,00)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	(184,40)	(184,40)
(-) Empréstimos Concedidos-ADUNEB	(20.000,00)	(20.000,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(48.455,00)	(48.455,00)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(32.989,13)	(26.421,86)
(-) Despesas c/Locações	(65.080,00)	(50.080,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo	(59.274,65)	(21.863,85)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diverso	(277,72)	(202,82)
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(10.263,00)	(372.826,12)
(-) Despesas c/Contribuições/Doações	(260.787,20)	(10.000,00)
(-) Empréstimos Concedidos - FDO SOLIDARIEDADE	(444,94)	0,00
FNG - Fundo Nacional de Greve	58.560,46	0,00
Contribuições Recebidas	773.055,30	581.273,55

<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	85.300,76	84.736,00
<i>Doações Recebidas</i>	8.044,35	8.044,35
<i>Depósitos a Identificar</i>	7.522,85	5.734,85
<i>Credores Diversos - FNG</i>	82,00	0,00
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(169.575,99)	(85.515,99)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(99.506,41)	(61.077,38)
<i>(-) Despesas c/Hospedagem</i>	(61.289,50)	(26.153,70)
<i>(-) Despesas c/Condução e Transporte</i>	(34.670,46)	(20.290,18)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(8.065,09)	(7.429,79)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(80.639,71)	(79.808,67)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(12.616,49)	(12.616,49)
<i>(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade</i>	(74.181,34)	(60.801,34)
<i>(-) Despesas c/Prestação de Serviços</i>	(62.073,32)	(49.896,60)
<i>(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	(64.326,63)	(32.537,74)
<i>(-) Despesas c/Material de Expediente</i>	(47.805,94)	(40.713,19)
<i>(-) Despesas Diversas</i>	(8.000,09)	(7.995,44)
<i>(-) Despesas a Regularizar</i>	(8.473,68)	(2.600,00)
<i>(-) Xerox Com. E Ind. Ltda</i>	(10.528,14)	(10.528,14)
<i>(-) Despesas c/Telefone</i>	(5.972,91)	(5.972,91)
<i>(-) Despesas c/Limpeza, Higiene e Conservação</i>	(2.460,75)	(1.083,09)
<i>(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia</i>	(317,85)	(218,43)
<i>(-) Despesas c/Jornais e Revistas</i>	(880,50)	(880,50)
<i>(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	(1.234,16)	(455,54)
<i>(-) Despesas c/Locações</i>	(19.392,30)	(14.887,16)
<i>(-) Despesas c/Serviços Gráficos</i>	(4.223,00)	(4.073,00)
<i>(-) Despesas c/Material Permanente</i>	(4.038,00)	(4.038,00)
<i>(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos</i>	(7.742,26)	(1.467,56)
<i>(-) Despesas c/Juros e/ou Multas</i>	(221,72)	(221,72)
<i>(-) Empréstimos Concedidos - ANDES</i>	(16.465,06)	(148.526,19)
<i>(-) Reembolso de Kilometragem</i>	(246,00)	0,00
<i>(-) Empréstimos Concedidos - FNM</i>	(10.497,50)	0,00
Fundo de Solidariedade	1.283.384,43	1.471.071,18
<i>Contribuições Recebidas</i>	2.981.315,22	2.708.423,82
<i>Rendimentos s/Apl. Financeiras</i>	1.055.457,05	937.467,87
<i>Depósitos a Identificar</i>	7.541,19	7.541,19
<i>Empréstimos Recebidos - ANDES</i>	0,00	28.824,32
<i>Empréstimos Recebidos - FNM</i>	444,94	0,00
<i>(-) Despesas c/Salários</i>	(2.117.609,71)	(2.117.609,71)
<i>(-) Despesas c/Diárias</i>	(1.110,00)	(1.110,00)
<i>(-) Despesas c/Passagens</i>	(1.401,60)	(1.401,60)
<i>(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF</i>	(42.055,04)	(39.693,94)
<i>(-) Despesas c/Contribuições e Doações</i>	(7.000,00)	(7.000,00)
<i>(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras</i>	(11.177,53)	(10.949,89)
<i>(-) Empréstimos Concedidos FNM</i>	(660,50)	(648,00)
<i>(-) Empréstimos Concedidos SINDURCA</i>	(3.757,00)	(3.757,00)
<i>(-) Despesas c/Ação FGTS</i>	(19.000,00)	(19.000,00)
<i>(-) Acordos Concedidos</i>	(40,13)	(40,13)

(-) Despesas c/Internet	(85,84)	(85,84)
(-) Cheques Devolvidos	(8.802,26)	(8.802,26)
(-) Despesas a Regularizar	(20.500,00)	0,00
(-) Empréstimos Concedidos - ANDES	(528.074,36)	(1.087,65)
(-) Empréstimos Concedidos - CNESF	(100,00)	0,00
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	328.966,77	260.818,24
Contribuições Recebidas	1.517.229,81	1.404.518,81
Rendimentos s/Apl. Financeiras	138.831,96	118.324,22
Receitas de Plenária	69.761,73	69.761,73
Depósitos a Identificar	46.263,36	45.263,36
Empréstimos Recebidos - ANDES	29.013,64	12.739,85
Empréstimos Recebidos - FDO SOLIDARIEDADE	100,00	0,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(69.495,04)	(68.036,34)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.036,30)	(5.021,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.664,77)	(2.155,89)
(-) Despesas c/Telefone	(66.948,77)	(65.354,89)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.410,84)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.016,31)	(6.742,95)
(-) Despesas c/Condomínios	(11.660,91)	(9.099,00)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(10.210,48)	(9.471,88)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(198.866,01)	(195.166,59)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(425,00)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(4.539,07)	(3.998,27)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)
(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(20.952,46)	(20.952,46)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(155.205,40)	(155.205,40)
(-) Despesas c/Locações	(193.585,05)	(179.824,55)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.275,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(5.775,00)
(-) Despesas c/Passagens	(22.603,88)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(1.774,03)	(799,49)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(9.731,14)	(8.819,64)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(365.216,39)	(315.133,78)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(23.243,06)	(22.169,04)
(-) Despesas c/IPTU	(3.020,90)	(2.258,95)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(19.416,21)	(16.227,88)

<i>(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro</i>	(5.096,52)	(5.096,52)
<i>(-) Devedores Diversos</i>	(800,00)	(800,00)
Total do Passivo Circulante	3.482.176,48	3.528.146,54
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITs/DÉFICITs ACUMULADOS	6.401.591,72	6.395.517,65
<i>Superávit Acumulado</i>	6.521.987,82	6.734.468,55
<i>Ajustes de Exercícios Anteriores</i>	(120.396,10)	338.950,90)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(1.285.184,08)	(212.480,73)
<i>Déficit do Período</i>	(1.285.184,08)	(212.480,73)
Total do Patrimônio Líquido	5.116.407,64	6.183.036,92
TOTAL DO PASSIVO	8.598.584,12	9.711.183,46

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2012 que apresenta um total de R\$ 8.598.584,12 (oito milhões, quinhentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente
CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

**SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR
31 de Dezembro de 2012**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2012	2011
	R\$	R\$
(+) RECEITAS ORDINÁRIAS	7.262.582,98	7.244.741,45
(+) RECEITAS SOCIAIS	7.089.958,07	6.927.267,14
<i>Contribuições</i>	7.089.958,07	6.916.192,58
<i>Contribuições de Exercícios Anteriores</i>	0,00	11.074,56
(+) Outras Receitas	89.236,01	47.926,90
<i>Contribuição Sindical</i>	87.706,38	44.860,02
<i>Descontos Obtidos</i>	1.529,63	718,78
<i>Recuperação de Despesas</i>	0,00	.348,10
(+) Receitas Financeiras	83.388,90	269.547,41
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	83.388,90	269.547,41
(+) RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	25.564,16	454.477,31
(+) Receitas Diversas	25.564,16	81.113,98
<i>Vendas de Revistas e Jornais</i>	120,00	376,00
<i>Receitas de Eventos</i>	8.611,16	80.727,98
<i>Receitas Diversas</i>	16.833,00	10,00
(+) Receitas de Vendas de Bens	0,00	373.363,33
(+) Receitas de Vendas de Bens Imóveis	0,00	373.363,33
Total das Receitas	7.288.147,14	7.699.218,76
DESPESAS		
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	8.573.331,22	7.911.699,49
(-) DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	1.950.060,97	1.678.347,25
(-) Despesas c/Pessoal	1.561.128,40	1.343.040,37
<i>Ordenados e Salários</i>	906.092,93	772.083,66
<i>Férias</i>	63.129,89	64.658,22
<i>1/3 Férias</i>	21.043,31	19.254,07
<i>Abono Pecuniário de Férias</i>	16.594,06	20.945,67
<i>13º Salário</i>	92.809,99	78.357,99
<i>Horas Extras</i>	36.151,59	38.392,96
<i>DSR s/HE</i>	14.017,91	4.280,94
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	1.288,68	5.022,40
<i>Reembolso Creche/Auxílio Educação</i>	26.745,16	21.184,33
<i>Aviso Prévio</i>	0,00	9.084,28
<i>Adicional Noturno</i>	340,67	28,83
<i>Atestado Saúde Ocupacional</i>	657,00	98,00
<i>Vale Alimentação</i>	278.670,62	249.730,94
<i>Vale Transporte</i>	2.933,59	2.284,98
<i>Auxílio Saúde</i>	70.010,00	43.266,00

Hora Extra Pré-Contratada	27.133,00	14.367,10
Bolsistas	3.510,00	0,00
(-) Encargos Sociais	388.932,57	335.306,88
INSS Patronal	281.859,47	244.091,18
FGTS	94.988,13	80.390,03
PIS s/Folha de Pagamento	12.084,97	10.825,67
(-) DIÁRIAS	419.499,00	399.414,08
(-) Despesas c/Diárias	419.499,00	399.414,08
Diretores	374.524,00	379.744,08
Funcionários	6.615,00	1.100,00
Colaboradores/Convidados	38.360,00	18.570,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.627.719,72	4.135.793,56
(-) Despesas c/Material de consumo	133.599,92	182.289,78
Material de Expediente	48.065,56	50.235,68
Gás, Combustível e Lubrificantes	22.398,12	18.060,10
Material de Limpeza, Higiene e Conservação	6.452,70	9.175,66
Gêneros Alimentícios	1.117,81	20.032,21
Material de Copa e Cozinha	512,83	3.989,54
Material de Manutenção e Reparos	1.321,65	5.157,30
Material de Uso Duradouro	3.288,09	5.851,89
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	1.155,18	739,34
Equipamentos e Material de Informática	20.779,20	32.641,56
Material Elétrico e Hidráulico	1.133,90	4.445,71
Material de Cama, Mesa e Banho	1.400,00	1.944,70
Livros, Jornais e Revistas	2.014,00	193,30
Uniformes e Vestuários em Geral	15.410,00	4.450,00
Outros Materiais de Consumo	8.550,88	25.372,79
(-) Serviços de Terceiros - PF	110.405,80	177.144,06
Assessoria Jurídica - PF	34.422,61	51.788,62
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	165,00	2.229,25
Limpeza e Conservação	666,66	2.577,38
Serviços Fotográficos - PF	10.017,07	350,00
Serviços de Terceiros - Fundos	316,56	0,00
INSS s/Serviços - PF	25.390,84	29.203,54
Outros Serviços - PF	27.173,16	54.206,69
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	0,00	25.577,95
Tradução/Revisão de Textos - PF	12.253,90	9.424,91
Assessoria de Imprensa - PF	0,00	1.785,72
(-) Serviços de Terceiros - PJ	4.383.714,00	3.776.359,72
Assessoria Jurídica - PJ	737.320,26	659.988,36
Assessoria Contábil - PJ	77.657,90	76.805,36
Transportes e Fretes	454.210,90	252.140,30
Conduções e Transportes Urbanos	107.071,99	92.327,00
Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	954.250,83	877.475,97
Hospedagem	522.057,89	397.151,90
Telefone	126.356,46	129.426,30
Energia Elétrica	46.230,78	42.818,64

Água e Esgoto	807,01	6.022,17
Alimentação	73.323,07	12.052,54
Aluguel de Imóveis	231.951,19	145.468,60
Condomínio	93.221,29	87.081,17
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	25.213,15	18.411,63
Serviços Gráficos	63.572,00	126.925,00
Limpeza e Conservação	0,00	927,15
Manutenção de Sistemas de Informática	0,00	2.641,96
Assinaturas e Periódicos	1.888,52	2.123,63
Internet	36.052,26	14.024,94
Fotocópias/Encadernações	1.311,06	3.556,58
Assinatura de TV a Cabo	3.541,88	2.653,56
Serviços da Embratel	0,00	252,75
Correios	114.057,57	73.064,94
Reembolso de Kilometragem	20.103,52	18.737,69
Estacionamento/Pedágios	4.157,80	4.810,11
Serviços Fotográficos - PJ	2.797,00	9.294,94
Anúncios e Publicações	5.065,55	7.997,31
Revisa Universidade e Sociedade	115.135,50	151.190,00
Serviços de Terceiros - Revista/Jornal	0,00	19.368,14
Serviços Técnico Profissional - PJ	189.633,11	174.491,13
Despesas em Geral	1.096,40	3.382,65
Jornal Informandes	327.650,00	263.954,00
Seguros em Geral	561,63	1.974,14
Serviços Terceiros - Fundos	0,00	287,61
Locação de Máquinas e Equipamentos	108,11	0,00
Locações de Veículos	5.268,86	36.900,70
Custas e Emolumentos	24.300,51	21.655,81
Seminários, Congressos e Convenções	16.040,00	21.230,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	1.700,00	6.475,00
Serviços de Terceiros Diversos	0,00	11.270,04
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	44.254,47	88.497,16
(-) Despesas Tributárias	44.254,47	88.497,16
IPTU/TLP	23.318,67	16.733,59
IRRF s/Aplicações Financeiras	19.982,80	43.737,30
Impostos e Taxas Diversas	953,00	28.026,27
(-) DESPESAS FINANCEIRAS	30.331,33	33.286,83
(-) Despesas Financeiras	30.331,33	33.286,83
Despesas Bancárias	11.602,37	12.233,99
Juros e Multas p/Atraso	18.728,96	21.052,84
(-) CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	585.670,39	506.868,15
(-) Contribuições /Doações	585.670,39	506.868,15
DIEESE- Dep.Inst.Estat.Est. Social	166.083,97	109.888,79
DIAP- Dep. Interes.Ass.Parlam.	3.367,00	2.662,00
CNESF-Coord.Nac. Ent. Serv. Feder	65.271,00	3.291,06
FNDC - Forum Nac. p/Dem. Com	945,00	840,00
CONLUTAS-Ass. Coord. Nac. Lutas	221.491,19	189.594,50

Outras Contribuições/Doações	128.512,23	140.591,80
(-) DESPESAS C/REGIONAIS	901.128,10	1.056.354,31
(-) Despesas c/Regionais	901.128,10	1.056.354,31
Regional Sul	83.478,15	112.863,24
Regional RJ	73.384,94	117.365,13
Regional NE I	121.307,68	140.964,38
Regional NE II	41.138,09	73.536,83
Regional NE III	71.519,37	88.443,14
Regional SP	46.388,68	80.474,97
Regional Leste	112.023,57	69.116,53
Regional Norte I	36.759,75	69.396,62
Regional Norte II	83.879,84	63.055,49
Regional Planalto	84.359,08	65.749,20
Regional Pantanal	37.535,60	37.927,00
Regional RS	109.353,35	137.461,78
(-) DESPESAS DIVERSAS	14.667,24	13.138,15
(-) Despesas Diversas	14.667,24	13.138,15
Despesas de Exercícios anteriores	573,71	8.643,15
Despesas c/Eventos	14.092,68	3.189,04
Perdas Diversas	0,85	1.305,96
Total das Despesas	8.573.331,22	7.911.699,49
(=) Déficit do período	(1.285.184,08)	(212.480,73)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um déficit de R\$ 1.285.184,08 (hum milhão, duzentos e oitenta e cinco mil, cento e oitenta e quatro reais e oito centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2012

MARINALVA SILVA OLIVEIRA

Presidente
CPF: 236.646.492-49

FAUSTO DE CAMARGO JUNIOR

1º Tesoureiro
CPF: 040.970.858-59

IÊDA MENDES CORREA

Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

TEXTO 19*Diretoria do ANDES-SN***PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2014****TR - 19****O 58º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2014**

Receita	2014
Receita Total	8.374.970,73
Receita de Contribuições	7.855.520,93
Receita de aplicações financeiras	310.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	209.449,80
Despesas	2014
Pessoal e Encargos	2.100.000,00
Diárias de Diretores	350.000,00
Material de Consumo	187.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	40.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – Regionais	400.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – AJN	400.000,00
Assessoria Contábil	90.000,00
Correios, Transportadoras e Fretes	200.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	85.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	900.000,00
Hospedagem	400.000,00
Telefone	130.000,00
Energia Elétrica	51.000,00
Água e Esgoto	10.000,00
Alimentação	10.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	235.000,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	100.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	15.000,00
Custas e Emolumentos	23.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.000,00
Reembolso de Kilometragem	25.000,00
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00

Revista - Universidade & Sociedade	120.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00
INSS s/Serviços	27.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	25.000,00
Despesas Financeiras	30.000,00
Repases p/ Entidades Filiadas:	350.000,00
DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Despesas com Regionais	850.000,00
Despesas Diversas	150.000,00
Total de despesas	7.628,000, 00

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distancia
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados

PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development